

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Duas Interpretações Popperianas na Metodologia
Econômica: Falsificacionismo e Racionalismo Crítico**

JOÃO MARCOS HAUSMANN TAVARES

Matrícula nº: 106017632

ORIENTADOR: João L. Pondé

AGOSTO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Duas Interpretações Popperianas na Metodologia Econômica: Falsificacionismo e Racionalismo Crítico

JOÃO MARCOS HAUSMANN TAVARES

Matrícula nº: 106017632

e-mail: joaomht@hotmail.com

ORIENTADOR: João L. Pondé

AGOSTO 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador e professor João L. Pondé, não apenas pela força nessa reta final de curso, como também por ter me aberto as portas de forma tão positiva para esse fascinante campo da economia: a metodologia econômica.

Agradeço também a todos os responsáveis pela minha formação intelectual, desde os professores da Escola Suíço-Brasileira até o corpo docente do Instituto de Economia da UFRJ, passando, como não podia deixar de ser, por todo o departamento de biocombustíveis do BNDES. Onde passei sempre tive a sorte de encontrar quem me transmitisse confiança, de forma sempre sincera e carinhosa. Por isso, serei eternamente grato.

Meus amigos serão sempre um capítulo à parte. O apoio nas horas mais complicadas e os momentos de alegria e diversão foram imprescindíveis. Posso dizer com orgulho e segurança que poucas pessoas têm tão bons amigos quanto os meus. Citar nomes é desnecessário.

Por último, e em especial, à minha família. Minha mãe, meu pai e meu irmão são acima de tudo e todos os principais suportes, influências e motivos. São simplesmente tudo o que se espera de uma família. À Tante Carmen, pelo eterno apoio.

*Com cada passo em frente que damos, com
cada problema que resolvemos, descobrimos
não só novos problemas não resolvidos, como
constatamos também que quando julgávamos
pisar terreno firme e seguro, tudo é de fato
incerto e vacilante.*

Karl Popper

RESUMO

A influência de Popper na ciência econômica é ainda maior do que foi em outras ciências. Apesar da marginalização recente dentro do campo da metodologia econômica, o autor continua a ser referenciado nos discursos de economistas de outras áreas.

O presente trabalho busca, em primeiro lugar, subsidiar a compreensão das principais argumentações e críticas das mais proeminentes escolas popperianas dentro da ciência econômica: a centrada no falsificacionismo, através de Mark Blaug, e a que dá ênfase à lógica situacional e ao racionalismo crítico, a partir de Caldwell.

A partir daí, argumenta-se que o popperianismo não atinge o sucesso inicialmente pretendido com relação à demarcação e à prescrição, abrindo justo espaço para a ascensão da “nova metodologia econômica”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I CARACTERIZAÇÃO DA ABORDAGEM POPPERIANA NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA	9
1.1 Vida e Obra	9
1.2 Popper e a Filosofia da Ciência.....	12
1.3 Popper e as Ciências Sociais.....	23
II POPPER E O DEBATE DA METODOLOGIA ECONÔMICA.....	29
2.1 A Defesa de uma Metodologia Popperiana por Mark Blaug.....	29
2.1.1 Da interpretação metodológica de Popper.....	30
2.1.2 Da Economia enquanto Ciência Empírica	31
2.1.3 Popper e a História do Pensamento Econômico	36
2.2 A Interpretação Alternativa de Bruce Caldwell	41
2.2.1 Breves considerações de Caldwell a respeito de literatura popperiana existente na ciência econômica.....	41
2.2.2 A interpretação proposta por Caldwell	43
III CRÍTICAS À METODOLOGIA POPPERIANA.....	52
3.1 Críticas na Filosofia da Ciência	53
3.2 Críticas na Metodologia Econômica	63
3.3 O Declínio de Popper.....	70
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Karl Popper é sem dúvida um dos principais nomes da filosofia da ciência do século XX. Poucos autores tiveram impacto tão grande e tão abrangente quanto ele, cuja influência alcançou desde cientistas das ciências da natureza e sociais até não-cientistas, infiltrando-se de forma firme na própria cultura ocidental: hoje, o próprio senso comum da sociedade, a respeito do que se entende como ciência, incorpora elementos de seu trabalho. Na ciência econômica, seu impacto também foi significativo, uma vez que a abordagem falsificacionista teve forte apelo no discurso da “velha” metodologia econômica, centrada na busca de regras que pudessem orientar o trabalho do economista. Ainda que os especialistas em metodologia econômica sejam, hoje, em sua grande maioria, críticos ao falsificacionismo¹, a influência de Popper ainda se faz sentir fora do debate metodológico, quando economistas não especialistas muitas vezes ainda recorrem a ele na tentativa de justificar sua abordagem ou desqualificar uma teoria rival.

O presente trabalho visa compreender a forma sob a qual se materializou o popperianismo no debate metodológico, apresentando as duas principais interpretações de suas idéias nesta área da ciência econômica, bem como as críticas ao autor que se acumularam no campo da filosofia da ciência. Pretende-se, a partir daí, fundamentar a compreensão da trajetória de sua influência na metodologia econômica, culminando com a sensível redução da influência de suas idéias nas reflexões metodológicas recentes dos especialistas da área.

No capítulo 1, será fornecido um panorama geral sobre a obra do autor dentro da filosofia da ciência. Embora também de caráter contextual, pretende-se fornecer a explicação do conjunto de regras metodológicas que compuseram a tônica de sua obra. Suas considerações a respeito da metodologia das ciências sociais, assumidamente inspiradas na ciência econômica, serão abordadas de forma a subsidiar a compreensão das interpretações popperianas alternativas à falsificacionista. Como pano de fundo, será apresentado um breve resumo de sua vida e trajetória intelectual.

¹ Os termos “falseacionismo” e “falseabilismo” são muitas vezes usados em substituição à “falsificacionismo”.

O segundo capítulo traz dois dos maiores expoentes das duas principais escolas popperianas dentro da economia. A primeira e mais popular é a de Mark Blaug, que toma emprestado de Popper sua abordagem mais tradicional de forma praticamente direta, levando-o a defender o falsificacionismo como a metodologia adequada à ciência econômica. Caldwell traz uma interpretação menos restrita do filósofo, onde relativiza o papel do falsificacionismo enquanto método. Configura-se como legítimo representante de uma visão derivada dos poucos escritos de Popper sobre as ciências sociais, em que dá menor ênfase ao papel da falseação, destacando o que chama de “lógica situacional” e “racionalismo crítico”.

O terceiro e último capítulo faz uma síntese da literatura crítica criada em torno do popperianismo, na qual é forte a presença das idéias originadas da obra de Thomas Kuhn, bem como a de outros autores que se opõem ao projeto de identificação de regras universais e *a priori* para a prática da ciência. Serão abordadas tanto questões diretamente relacionadas ao trabalho do autor na filosofia da ciência quanto suas principais interpretações na economia. Por fim, apresenta-se a perda de espaço de Popper na “nova metodologia econômica”, a partir principalmente das críticas e do caráter infrutífero intrínseco à metodologia centrada na busca de regras demarcatórias e metodológicas.

I CARACTERIZAÇÃO DA ABORDAGEM POPPERIANA NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA

1.1 Vida e Obra

Karl Raimund Popper nasceu em Viena (Áustria), no distrito de Himmelhof, em 28 de julho de 1902. Sua família era de origem judaica e foi quem primeiro lhe abriu as portas para o seu desenvolvimento cultural - particularmente ligado à música, com a qual chegou a flertar quando em tempos de escolha de carreira - e intelectual, através de seu pai e seu respectivo interesse por filosofia e questões sociais. Aos 16 anos, após um período de dois meses doente, resolveu abandonar o *Realgymnasium*, e adentrar a Universidade de Viena, muito embora não tivesse prestado os exames para o ingresso, feito que só viria a realizar em 1922. Juntou-se a uma associação socialista, chegando a se considerar um comunista por alguns meses do ano de 1919, até que se decepcionasse com acontecimentos ocorridos em Hörlgasse.

Data desta época a origem de uma de suas mais conhecidas idéias, a partir da comparação entre Marx, Freud e Adler, de um lado, e Einstein, de outro, em que conclui que a distinção do cientista se deriva primordialmente de sua atitude crítica (CORVI, 1997). A partir daí, o ideal de justiça social fez com que, por alguns anos, ele ainda se considerasse um socialista, tendo abandonado de vez o rótulo em decorrência de sua avaliação de que o socialismo de estado era opressivo, não podendo coexistir com liberdade.

Entre 1919 e 1920, passou a morar sozinho, sustentando-se com empregos variados e fazendo trabalhos voluntários no intuito de não se isolar do mundo do qual pretendia interpretar e influenciar, até obter qualificação para ensinar matemática, física e química para nível escolar. Na década de 20, embora ainda não tivesse publicado nada oficial, começou a ministrar seminários para postulantes às vagas nas universidades e a trabalhar em cima das questões que viriam a ser base para suas posteriores publicações.

Em 1925 conheceu Josefina Anna Henninger com quem viria a se casar em 1930, não tendo se separado até o falecimento da mesma em 1985. O casal não teve filhos.

A questionada influência do positivismo na obra de Popper se deu através do Círculo de Viena, grupo com o qual teve contato com alguns de seus membros², em especial Herbert Feigl, quem primeiro o estimulou a escrever um livro com suas idéias em gestação. Em 1932 completou *The Two Fundamental Problems of The Theory of Knowledge*, publicado apenas em 1979, mas que deu origem ao *Logik der Forschung* (A Lógica da Pesquisa Científica), que pode ser considerada a mais influente de suas obras e sobre a qual se deu grande parte dos debates em torno de sua abordagem filosófica. O livro fora lido e comentado por membros do Círculo de Viena e, apesar das críticas abertas a algumas de suas idéias, obteve ampla aceitação no grupo, com o qual Popper manteve contato ao longo de sua vida. É importante destacar que a edição hoje mais conhecida do público é a tradução para o inglês, em edição revista e ampliada tanto em textos quanto em apêndices lançada em 1959, 25 anos depois da publicação original.

No final da década de 30, viu-se obrigado a deixar a Áustria em função do nazismo que assombrava a Europa continental e ganhava cada vez mais adeptos no país, tendo já vitimado Moritz Schlick, principal responsável pelas primeiras conexões de Popper com o Círculo de Viena, assassinado por um estudante nazista, em 1936. Abriu mão de uma vaga numa universidade americana para que Fritz Waismann, um seguidor de Schlick, fosse aceito e pudesse fugir da perseguição racial e política. Acabou aceitando uma vaga numa universidade na Nova Zelândia, para onde se mudou com a sua mulher, permanecendo até o fim da segunda grande guerra. O relativo isolamento do restante do mundo fez com que imergisse em seu trabalho, tanto nas suas reflexões sobre a teoria das probabilidades e na física quântica, quanto na metodologia das ciências sociais. Datam desta época também trabalho de cunho político, como *The Open Society* e o emblemático *The Poverty of Historicism*, que pode ser considerado uma ponte entre sua visão epistemológica e a visão política (CORVI, 1997) e cujo título faz clara referência crítica ao *The Poverty of Philosophy*, de seu xará Karl Marx.

Entre 1946 e 1947, voltou para a Europa, estabelecendo-se em Londres, local onde tinha mais contato quando em época de guerra. Lá assumiu o departamento de filosofia,

² Cabe destacar, porém, que Popper jamais participou ou foi convidado para quaisquer de reuniões do Círculo.

lógica e método científico na *London School of Economics*, tornando-se professor em 1949 de lógica e método científico. No ano seguinte, mudou-se para Penn, Buckinghamshire, onde trabalhou em cima das obras que, embora inicialmente concebidas para serem apêndices e extensões do *Logik der Forschung*, vieram a constituir o livro relacionado *Postscript: Twenty Years After*, dividido em 3 volumes.

O primeiro, *Postscript: Realism and the Aim of the Science* discute diversos aspectos das formulações do *Logik*, além de um panorama sobre suas considerações a respeito da epistemologia e racionalismo crítico. O segundo volume, *Postscript, The Open Universe: An Argument for Indeterminism*, trata, sob uma perspectiva indeterminista, de problemas relacionados ao primeiro, como liberdade, criatividade e a racionalidade do homem. O terceiro e último volume, “*Postscript: Quantum Theory and the Schism in Physics*”, desenvolve sua teoria das probabilidades relacionando-a com os problemas de interpretação da mecânica quântica. Devido a uma doença nos olhos que obrigou Popper a operar suas 2 retinas em 1957, afastando-o de atividades intelectuais durante um período considerável, os volumes do *Postscript* só foram efetivamente finalizados e publicados em 1983.

O grande espaço de tempo também encontra explicação no fato de que, após se recuperar, suas atividades intelectuais tomaram outro rumo, afastando-o do *Postscript* por um longo período. É desta época que datam numerosos artigos, não apenas inseridos na discussão da filosofia da ciência, mas também sobre o conhecimento em geral, que, reunidos, formaram sua publicação de 1963 sob o título “*Conjectures and Refutations*”. Também nesse período, em 1961, escreveu “*A Lógica das Ciências Sociais*”, livro que é importante referência para algumas escolas popperianas. Em 1965 foi nomeado Sir Karl Popper pela rainha Elizabeth II. No final da década, em 1969, aposentou-se oficialmente, largando seu professorado na University of London, embora tenha permanecido escrevendo e difundindo suas teorias.

Na década de 70, publicou *Objective Knowledge* (1972), em que tratava da teoria da objetividade da mente; uma biografia intelectual, a *Unended Quest* (1974), que fez parte de um de dois dos volumes dedicados a ele no *Library of Living Philosophers*; e, em 1977, uma publicação conjunta com Sir John Eccles, *The Self and its Brain*. Em 1979, além da publicação do *Two Fundamental Problems of the Theory of Knowledge* em sua

forma original, ganhou os diplomas de *ad honorem* da *Frankfurt University*, e *honoris causa* da *Salzburg University*.

Após a morte de sua esposa, em 1985, mudou-se pela sua última vez, agora para Kenley, uma cidade nos arredores de Londres. Durante os anos seguintes, participou de palestras e conferências, uma especialmente organizada para comemoração de seus 85 anos, em Dubrovnik, Croácia. Faria ainda mais quatro publicações, *A World of Propensities* (1990); *The Lesson of This Century* (1992), um livro feito através de entrevistas sobre os acontecimentos políticos recentes; um longo artigo sobre Parmênides na conceituada *The Classical Quarterly*; e, por fim, também em 1992, um ensaio em italiano, *Una Patente per Fare TV* (Uma licença para fazer TV), onde mostrava sua preocupação com poder ilimitado e sem responsabilidade das emissoras de TV, propondo medidas de cunho regulatório. Aos 92 anos, Popper falece em decorrência de complicações de um câncer, pneumonia e falência renal, em Londres, no dia 17 de setembro de 1994.

1.2 Popper e a Filosofia da Ciência

O verificacionismo dos positivistas-lógicos do Círculo de Viena propunha que a característica distintiva das teorias científicas estava em serem passíveis de verificação, na medida em que o seu valor de verdade seria determinado pela correspondência ou não de suas previsões com as observações dos fatos. Uma vez que estas teorias usualmente contêm leis gerais – na forma de sentenças universais –, esta verificação, que os positivistas vão denominar posteriormente de “confirmação”, depende de um tipo específico de raciocínio, a inferência indutiva. A indução consiste justamente na extrapolação de observações individuais para leis universalizantes, como por exemplo: uma proposição que diga “Todos os Cisnes são Brancos” seria “verificada” (ou “confirmada”) e tomada enquanto teoria científica válida (provavelmente verdadeira) quando são observados na natureza diversos cisnes dessa cor e nenhum de uma cor alternativa. Uma dificuldade das inferências indutivas está no fato de que sua validade não pode ser assumida *a priori*, uma vez que, conforme exemplo, não é estritamente necessário que mesmo que todos os cisnes até hoje que tenham sido encontrados sejam

brancos, os próximos também o sejam. Deste “salto” arbitrário das observações particulares para uma proposição geral, que já foi alvo de diversas tentativas frequentes da filosofia da ciência em justificá-lo, decorre o chamado problema da indução.

O problema da indução é radicalmente atacado por Popper, que descarta qualquer forma de validação de uma teoria científica através do verificacionismo. Em seu lugar, Popper introduz a noção de falsificacionismo, cuja verdade lógica a colocaria num patamar superior à corrente atribuída aos positivistas-lógicos do Círculo de Viena. É a partir da crítica à lógica intrínseca a este raciocínio que Popper dá luz ao falsificacionismo, que, entendido como parte de um amplo conjunto de prescrições metodológicas, dá origem à noção popperiana do critério de demarcação entre ciência e não ciência, questão central para o filósofo e que o alçou à posição de herói entre cientistas das ciências naturais (GODFREY-SMITH, 2003).

A) O positivismo-lógico, o verificacionismo e a Indução

Para começar a entender a obra de Popper, é necessário dar um panorama sobre o ambiente intelectual no qual ele estava inserido. O positivismo lógico tem seu berço na mesma cidade onde o autor nascera, em Viena, tendo suas raízes na tradição empiricista (GODFREY-SMITH, 2003). O chamado Círculo de Viena se desenvolveu como oposição aos rumos que a filosofia tomava na época, notoriamente a partir da contestação de Heidegger, tendo alcançado sua forma mais extremada no período entre guerras, quando emergiram como figuras proeminentes da filosofia austríaca. Com uma relativa moderação de suas idéias, o grupo também exerceu no pós-guerra grande influência nos Estados Unidos, para onde diversos membros se refugiaram em função das perseguições nazistas³.

O verificacionismo é um dos conceitos-chaves dos positivistas lógicos. Uma das suas principais premissas é a que a experiência sensível é a única forma genuína de fonte de conhecimento, fazendo com que uma determinada proposição (ou, mais

³ Os termos “positivismo-lógico” e “empirismo-lógico” são muitas vezes usados de forma confusa e indistinta, obrigando destacar que a forma como será aqui usada segue a terminologia de Godfrey-Smith (2003) que designa como “empirismo-lógico” as idéias oferecidas pelos membros do círculo no pós-segunda guerra e o “positivismo-lógico” como a corrente filosófica desenvolvida no entre guerras, mais radical.

genericamente, uma teoria) só possa ter significado se puder ser verificada, ou, mais precisamente, testada a partir de seu confronto com observações empíricas. É a partir da possibilidade de uma sentença ser testada, permitindo avaliar se a mesma foi ou não verificada/confirmada, que se atribui à mesma o *status* de conhecimento, sendo este o critério de demarcação do positivismo-lógico, que viria mais tarde a ser contestado por Popper. Algumas proposições destituídas de significado, por não poderem encontrar observações que as verifiquem ou refutem, não almejam o status de conhecimento, como a poesia, expressões de emoção, etc. Algumas, porém, como a ética, a teologia e a maioria da filosofia, embora pleiteassem o atributo de provedoras do conhecimento, não poderiam ser testadas, sendo, assim, desprovidas de significado.

Dentro desta tradição filosófica, o método indutivo exerce papel central no desenvolvimento de teorias científicas. É este tipo de inferência que garantiria a possibilidade de se extrair conhecimento de observações empíricas singulares, partindo destas para leis generalizantes “(...) esse princípio [da indução] determina a verdade das teorias científicas” (REICHENBACH, 1930: 186 apud POPPER, 1974 [1934]: 28). Note-se que enquanto a lógica dedutiva garante que, em se partindo de premissas verdadeiras, as conclusões são necessariamente verdadeiras, a lógica indutiva é incapaz de prover a mesma certeza. Esta funciona da seguinte maneira: da observação sistemática de eventos repetidos (padrões), infere-se que estes sejam regra. Constituir-se-iam, assim, as leis universais a partir de observações singulares, ou da maneira que Popper coloca (1974 [1934]: 27):

“É comum dizer-se ‘indutiva’ uma inferência, caso ela conduza de enunciados singulares (por vezes denominados também enunciados ‘particulares’), tais como descrições dos resultados de observações ou experimentos, para enunciados universais, tais como hipóteses ou teorias”.

A repetida experiência; de que ao soltar uma maçã do alto de uma árvore, ela cairá; seria respaldo suficiente para a lei da gravidade se constituir, senão enquanto verdade, em algo suficientemente próximo disso.

B) O problema da indução

A lógica indutiva apresenta um problema extensamente explorado na filosofia da ciência, conhecido como o “Problema da Indução”. Este consiste na constatação da inexistência de razões para se crer com segurança na validade deste tipo de lógica, que, conforme explorado anteriormente, seria, sob a ótica lógico-positivista, a lógica da pesquisa científica. Valendo-se do famoso exemplo oferecido por Popper, mesmo que se observe uma enorme quantidade de cisnes brancos, não há qualquer razão, *a priori*, para ter certeza de que o próximo cisne observado assim também será. Põe-se em xeque, então, a atribuição de verdade às teorias que façam uso da inferência indutiva. Ademais, como Popper coloca, este princípio não pode se sustentar meramente através da suposta ampla aceitação da comunidade científica acerca da mesma, afinal, a comunidade científica poderia estar errada. Outra linha argumentativa de defesa seria a constatação de que as inferências indutivas seriam justificadas pela experiência acumulada de seu uso bem-sucedido, o que seria igualmente problemático, por duas razões: (i) a racionalidade dessas experiências deveriam, então, sustentar-se noutras prévias e assim sucessivamente, levando a uma situação de regresso infinito⁴ e (ii) estaria se usando a indução para justificar a própria indução, em um raciocínio circular.

Deste modo, Popper é um radical contestador da lógica indutiva, negando qualquer forma de validação do conhecimento a partir da mesma. Isso acontece, por exemplo, quando se direciona a questão não mais para buscar a verdade propriamente dita, mas sim teorias com altas probabilidades de serem verdades, tendo nela seu limite superior. Isto, para Popper, seria um apelo distorcido a um novo princípio de indução, que, em se necessitando também de justificativa, levaria novamente a uma situação de regresso infinito (POPPER, 1974 [1934]: 30).

C) O outro significado do termo indução: Hume e Popper

Uma vez aceita a ausência de justificativa racional da lógica indutiva, surge a questão do papel que inferências derivadas da observação empírica desempenham na ciência. Este papel está relacionado ao processo criativo de teorias, podendo ser entendido

⁴ Esse argumento Popper atribui a Hume, considerando-o “claro e conclusivo” (POPPER, 1963: 72).

também a partir do outro significado do termo “indução”. Embora Popper e Hume considerem o processo criativo de teorias assunto ligado não a aspectos “filosóficos”, mas a aspectos “psicológicos”, a questão torna-se relevante na medida em que é comum haver confusão com o uso da terminologia convencional (POPPER, 1963: 72). Mark Blaug (1993 [1980]) oferece uma elucidativa proposta de desambiguação, segmentando o termo em dois: “indução” e “adução”. O primeiro referir-se-ia à indução como uma modalidade de lógica, a lógica indutiva, tal qual anteriormente apresentada sendo questão constituinte da filosofia da ciência. O segundo viria a substituir o uso do termo para designar uma “operação não-lógica que consiste em pular do caos, que é o mundo real, para uma intuição ou tentativa de conjectura acerca da relação real existente entre o conjunto de variáveis pertinentes” (BLAUG, 1993 [1980]: 54), ou seja, o ‘*insight*’ a partir da observação que dá origem às teorias científicas.

Hume argumenta que os enunciados tratados pelo método indutivo, surgiriam da repetição e dos costumes com que os formuladores das teorias se defrontam e observam. Parte então da noção de que a experiência do que se pretende explicar é, de fato, sistematicamente repetitiva, o que, em última análise (e ao contrário da sua contestação ao método indutivo), proveria algum grau de validação à indução. Popper contesta que a adução parta da observação empírica sistemática e repetitiva de padrões para a formulação de leis universalizantes, pois considera que formular conjecturas acerca da realidade é tendência inata ao cientista, podendo inclusive derivar-se da observação de apenas um evento. “O que propus foi recusar essa teoria de Hume, explicando a repetição (para nós) como consequência da nossa inclinação para esperar regularidades, da busca de repetições, em vez de explicar tal inclinação pelas próprias repetições.” (POPPER, 1963: 75). Vale destacar que esta ramificação do termo “indução”, a aqui chamada adução, não possui qualquer incompatibilidade com as prescrições metodológicas popperianas, conforme atesta um dos seus principais intérpretes na economia: “ela [a ciência] é baseada na adução seguida de dedução”. (BLAUG, 1993 [1980]: 54).

D) Falsificacionismo e falibilismo

O pensamento popperiano gira em torno do chamado falsificacionismo. Desenvolvido enquanto uma crítica à noção lógico-positivista do verificacionismo, o

conceito logo ganhou adeptos, não apenas entre os filósofos da ciência, como também por toda a comunidade científica. Mesmo no Círculo de Viena, o impacto desta nova concepção foi tamanho, que não demorou para desencadear uma ampla confusão acerca de alguns paradigmas há muito entranhados ao grupo⁵. É também esse o conceito mais amplamente difundido e popular, fazendo com que alguns reduzam toda a obra do autor a esta idéia, o que constitui visão demasiadamente simplificada e atacada pelos defensores do autor.

O falsificacionismo consiste na reformulação do papel que as observações empíricas desempenham no teste e aceitação das teorias científicas, funcionando ainda como um critério de demarcação entre a ciência e a não-ciência. Enquanto no verificacionismo as observações serviam para testar a validade ou não da teoria, na proposta popperiana, estas passam a servir apenas para refutar as teorias. O exemplo clássico de Popper pode ser, mais uma vez, bastante elucidativo. A experiência de encontrar repetidamente diversos cisnes brancos, seria argumento válido para, no verificacionismo, validar a tese de que “Todos os cisnes são brancos” (incorrendo no já falado problema da indução).

Pela prescrição popperiana, a observação de todos esses cisnes não teria o mesmo valor. Crucial seria o caso se encontrasse um cisne de outra cor qualquer, pois essa observação invalidaria o enunciado. É apenas através da observação *contrária* à preposição que se pode inferir *dedutivamente* algo a respeito da mesma. Este argumento baseia-se no que é conhecido na lógica como *modus tollens*, uma regra de inferência *dedutiva* que permite passar de “ $p \rightarrow q$ ” para “ $\sim q \rightarrow \sim p$ ”⁶. Assim, a constatação de falsidade de “ q ”, necessariamente invalida “ p ”. A lógica dedutiva conferiria à empírica o papel de *refutar* as teorias pretensamente científicas. Popper sintetiza:

“Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: *deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico.*” (1974 [1934]: 42. Grifo original).

⁵ Segundo Popper (1963: 70), o grupo assimilou a proposta de forma turva: “Os membros do Círculo, no entanto, classificaram minha contribuição como uma proposta para substituir o critério de significado para verificação por um critério de significado para determinar a ‘refutabilidade’ – o que efetivamente esvaziava minhas proposições de qualquer sentido. De nada adiantaram meus protestos, embora afirmasse que estava tentando resolver não o pseudoproblema de significado, mas o problema de demarcação.”

⁶ Na lógica, o símbolo “ \sim ” denota negação.

Os enunciados postulantes ao *status* de ciência devem então ser passíveis de refutação, ser “falseáveis”. “Todos os cisnes são brancos” é uma proposição que se arrisca não ser válida, uma vez que é logicamente possível haver uma observação que a contradiga (encontrando um cisne negro, por exemplo). Isto a caracteriza como falseável. Doutra forma, as proposições “Amanhã pode chover ou não”, “O espírito santo é absoluto” e “Mudanças estão por vir” não podem ser refutadas pela observação, o que as descaracterizariam enquanto enunciados falseáveis e, conseqüentemente, ciência. As boas teorias científicas são as que “mais se arriscam”, proibindo a maior quantidade possível de eventos acontecer⁷. “Toda teoria científica ‘boa’ é uma proibição: ela proíbe certas coisas de acontecer. Quanto mais ela proíbe, melhor ela é.” (POPPER, 1963: 66). O falsificacionismo constitui então o critério de demarcação entre ciência e não-ciência para Popper, já que apenas as teorias falseáveis seriam consideradas científicas.

Diz-se, das teorias que resistem bem aos testes genuinamente operados na tentativa de falseá-las, que elas são “bem corroboradas” ou que possuem um “alto grau de corroboração”. É importante notar, que os termos do tipo “verificadas”, “validadas” e “provavelmente verdadeiras” são rejeitados por Popper, na medida em que nunca se poderia ter expectativa de alcance da verdade por parte do conhecimento científico. Alicerçado numa lógica puramente dedutiva, o falsificacionismo se constituiria como a metodologia adequada à lógica da pesquisa científica. Assim sendo, o máximo que a ciência poderia obter, é, ao refutar as teorias que são necessariamente falsas, avançar o conhecimento em direção à verdade. Jamais se saberá, porém, o quão próximo as teorias vigentes estão da verdade. As teorias em voga tratam apenas de teorias que *ainda* não foram refutadas pelos testes, podendo ser no futuro. A esta noção se dá o nome de “Falibilismo”⁸.

⁷ Um exemplo prático disto é a famosa teoria da gravitação de Einstein, que previa que a luz também seria atraída por corpos pesados (como o Sol), tal qual quaisquer objetos materiais. O eclipse solar ocorrido na cidade brasileira de Sobral possibilitou a realização de um teste para a referida teoria. Constatou-se que as estrelas cujas luzes passariam próximas ao sol, estariam em posição aparente diferente daquela que se esperaria caso o caminho percorrido pela luz não sofresse qualquer alteração em decorrência da presença do sol. A teoria de Einstein era bastante arriscada prevendo esse acontecimento, tendo resistido firmemente a esse teste. Popper, porém, desconsiderava logicamente necessário exemplificar seu argumento, embora também diversas vezes usasse esse exemplo como forma de elucidar a questão e fazer referência a esse evento que muito o impressionou e influenciou.

⁸ O termo “falibilismo” foi introduzido por Charles Peirce, no final do século XIX para expressar a doutrina que ninguém pode ter absoluta certeza sobre fatos (NIINILUOTO, 1998: 181).

O reassentamento da relação entre ciência e verdade trazido à tona por Popper (através da noção falibilista e da lógica falsificacionista) representa uma completa ruptura com aquela oferecida pelos verificacionistas e em voga até então. A verdade deixa de ser característica dicotômica da teoria, passando a representar uma idéia para a qual aponta o progresso do desenvolvimento da ciência. O caráter falso das teorias, que antes se pretendia expurgado da ciência pela lógica verificacionista, passa a fazer-se presente em toda a teoria científica, mesmo nas mais modernas.

E) A tese de Duhem-Quine, estratégias imunizantes e o problema da base empírica

A relativa simplicidade do falsificacionismo incorre, porém, em alguns problemas tanto de ordem prática, quanto de ordem lógica. A refutação de teorias a partir de alguns testes isolados pode levar ao descarte precoce de teorias que, ainda embrionárias, teriam grande potencial para se desenvolver. Logo, é razoável que alguns cientistas procedam de forma a ignorar determinadas observações de forma a salvar suas teorias de abandono precoce potencialmente indevido. Da mesma forma, pode haver resistência para abrir mão de uma teoria se não se considerar que haja outra razoável para se colocar no lugar. Surge daí um comportamento que, se frouxamente empregado, vai contra o falsificacionismo estrito: a elaboração de hipóteses *ad hoc* (estratégias imunizantes)⁹ constituídas apenas para salvar determinadas teorias de refutação. Popper argumenta que os cientistas devem se portar de forma sempre crítica às teorias, e, por isso, devem levar à sério todos os eventos que contradigam as propostas em questão¹⁰.

A chamada tese de Duhem-Quine impele à metodologia proposta algumas dificuldades extras¹¹. Esta diz que quando se confronta uma hipótese com um experimento, não se coloca em teste apenas a hipótese em questão, mas também, os dados em análise, os instrumentos usados no teste, as teorias prévias que deram base a tudo ligado ao teste, ou seja, todos os enunciados auxiliares à hipótese. Incorporando a tese à análise lógica falsificacionista, temos que: Se a Teoria A prevê que B ocorrerá amanhã e

⁹ Os principais estratégias imunizantes são: (i) introduzir hipóteses *ad hoc*; (ii) modificar definições; (iii) por em dúvida a confiabilidade do observador; e, (iv) por em dúvida a perspicácia do observador

¹⁰ As regras metodológicas para lidar com os estratégias imunizantes serão vistas mais a frente.

¹¹ Os trabalhos de Pierre Maurice Marie Duhem (1861-1916) e Willard Van Orman Quine (1908-2000) deram origem à tese.

B não ocorre, ou a Teoria A não é verdadeira ou alguma das hipóteses auxiliares não é verdadeira. Isso significa dizer que todo teste é holístico, no sentido de que todo o conhecimento de fundo, que dá suporte tanto ao teste quanto à teoria, está sempre sendo também colocado à prova. Assim, nenhuma teoria é objetivamente falseável, uma vez que sempre se pode salvá-la de uma refutação atribuindo a contradição das previsões não a mesma, mas sim às hipóteses auxiliares. Embora a par do problema, o autor adota a idéia de que, apesar de logicamente válida, a tese não cria grandes dificuldades para o falibilista e refutacionista (POPPER, 1963: 265). Isso porque, segundo Popper, a prática científica envolve uma concordância em relação ao conhecimento contextual, ou seja, todas as hipóteses auxiliares, incluindo o problema da base empírica, são, em via de regra, consideradas como “não-problemáticas”. Devido ao falibilismo, não haveria qualquer problema inerente em se contestar essas hipóteses, mas, quando surge um teste, há consenso, fundamentado inclusive em razões práticas, sobre a qual a teoria está sendo testada (o que foge do padrão popperiano de argumentação sustentado na lógica pura e dedutivista). “No entanto, embora todas as nossas premissas possam ser desafiadas, é impraticável contestá-las todas ao mesmo tempo. Por isso, qualquer crítica é sempre tópica (contrariando a concepção holística de Duhem e Quine)”. (POPPER, 1963: 264). Isso corresponde dizer que as críticas teriam um caráter eminentemente pontual: o problema seria dividido ao máximo possível e atacado sempre em partes. É exatamente esse acordo no que diz respeito aos enunciados básicos, ao *background knowledge*, que auferiria possibilidade de se estabelecer uma comunidade científica:

“Caso, algum dia, não seja mais possível, aos observadores científicos, chegar a um acordo acerca de enunciados básicos, equivaleria isso a uma falha da linguagem como veículo de comunicação universal. Equivaleria a uma nova “babel”: a descoberta científica ver-se-ia reduzida ao absurdo. Nessa nova babel, o imponente edifício da ciência logo se transformaria em ruínas.” (POPPER, 1974 [1934]: 112).

O autor deduz que a prescrição falsificacionista enquanto critério de demarcação desloca o problema da validade das teorias para a validade da base empírica: “Aparentemente, portanto, nosso critério apenas desloca o problema – leva-nos outra vez da questão do caráter empírico das teorias para a questão do caráter empírico dos enunciados singulares.” (POPPER, 1974 [1934]: 45). Dentro da filosofia de Popper, “enunciados singulares” são aqueles que servem como inferência falseadora e que são derivados da base empírica, derivando daí o seu caráter objetivo. O filósofo reconhece, porém, que toda a observação é impregnada de teoria, o que faz com que o próprio caráter

empírico dos enunciados singulares seja passível de contestação. Assim, para serem aceitos como empíricos, deve-se realizar testes através de outros enunciados. A questão que segue é que a contínua dependência de validação dos testes levaria a uma condição de regresso infinito, donde deriva o caráter “subjetivo” dos enunciados¹². Como cada enunciado singular para se validar depende de um outro, também são considerados “interdependentes”. Em função dessas duas características, diz-se que os testes dos enunciados singulares são “intersubjetivos”. O acúmulo desses testes, porém, levaria, em última análise, a que pudessem ser considerados livres de “erro” de medição ou de qualquer problema relacionado, mesmo que em essência isso não deixe de ser uma convenção arbitrária. Assim sendo, o problema da base empírica seria relativamente inofensivo, conforme continuação de Popper:

“Apesar disso, contudo, algo se ganha. Com efeito, na prática da pesquisa científica, a demarcação é, por vezes, de urgência imediata, em face de sistemas teóricos, ao passo que, em face de enunciados singulares, raramente surge dúvida quanto a apresentarem caráter empírico. É certo que ocorrem erros de observação e que estes podem dar origem a enunciados singulares falsos, mas o cientista raramente tem ocasião de apresentar um enunciado singular como não empírico ou metafísico.”¹³ (POPPER, 1974 [1934]: 45).

F) Regras metodológicas, escolha entre teorias e progresso científico

As orientações de Popper para a prática falsificacionista na ciência podem então ser resumidas assim:

- i. Buscar desenvolver teorias arriscadas, isto é, com a maior quantidade possível de falseadores potenciais prováveis.
- ii. Comportar-se de forma sempre a tentar encontrar eventos que *refutem* suas teorias, ao invés de exemplos que as confirmem.
- iii. Abandonar as teorias que não resistirem aos testes de falseamento.¹⁴

¹² Isso, porém, não constituiria um problema para Popper, uma vez que não há pretensão de encontrar uma justificação última para a teoria.

¹³ O trecho retirado (da talvez mais importante obra de Popper) evidencia uma parte do problema da aplicabilidade da lógica falsificacionista no campo das ciências sociais.

¹⁴ Devem ser acordados previamente quais os eventos falseadores, que, se ocorressem, levariam ao abandono da teoria.

- iv. Conjecturar novas e mais arriscadas teorias, de forma a não alterar as prévias meramente a partir de estratagemas convencionalistas.
- v. Voltar à etapa 2, e assim sucessivamente.

As dificuldades enfrentadas pelo falsificacionismo nas etapas “iii” e “iv”, tais quais exploradas na seção anterior, levam Popper a propor um conjunto de regras para a prática do “método empírico”. Destaca que deve-se entender essas proposições com um caráter prescritivo, sem intenção de descrever o comportamento efetivo dos cientistas a partir destas. Pela proposta falsificacionista, seguir o “método empírico” é uma *decisão* necessária a complementar o caráter objetivo de uma teoria científica. A regra mais importante na ciência é “a regra que afirma que as demais regras do processo científico devem ser elaboradas de maneira a não proteger contra o falseamento qualquer enunciado científico.” (POPPER, 1974 [1934]: 56).

A partir desta, Popper propõe haver uma convenção que limite o uso dos estratagemas imunizantes a partir das seguintes regras: (i) a introdução de hipóteses auxiliares ou a alteração de definições devem sempre elevar o grau de falseabilidade do sistema teórico – o sistema deve proibir mais do que antes; (ii) quando se questiona a competência do observador, deverão ser realizados contra-experimentos para determinar a aceitação ou rejeição de uma evidência falseadora

A metodologia popperiana oferece não só uma concepção geral de como as teorias científicas são testadas, mas também uma análise de como se dá o processo de comparação e escolha entre teorias alternativas. Segundo a tradição do positivismo lógico, as teorias poderiam ser comparadas pela quantidade de eventos que verificassem seus enunciados. Popper mantém o caráter eminentemente empírico da comparabilidade entre teorias, mas, ao refutar a indução, desloca a questão para a quantidade de falseadores potenciais de que a teoria dispõe e para existência de evidências que efetivamente falseam as teorias. As boas teorias são aquelas que sobrevivem tentativas de serem falseadas, possuem maior conteúdo empírico e são logicamente improváveis de, por acidente, fazerem as previsões corretas. A esse atributo, Popper dá o nome de grau de corroboração da teoria. Uma teoria com alto grau de corroboração é aquela que tem grande quantidade de falseadores potenciais (alto conteúdo empírico), logicamente improvável, e que, mesmo assim, resistiu bem aos testes. É importante destacar que o grau de corroboração é

atributo eminentemente comparativo, não havendo indicação de modo pelo qual pudesse ser quantitativizado.

Como foi visto, o falsificacionismo e a escolha das teorias com maior grau de corroboração não fazem com que a ciência chegue à verdade. Do falibilismo, infere-se que o conhecimento seria necessariamente provisório. O progresso da ciência, para Popper, acontece sempre em direção à verdade, embora não haja como saber o quão próximo dela se está. As teorias refutadas possuiriam conteúdos de verdade inferiores às que as substituíram e conteúdo falso superior às mesmas¹⁵, fazendo com que o avanço científico, materializado nas teorias remanescentes, ocorra sempre em direção à verdade. O progresso no campo das ciências, embora marcado também por “sonhos irresponsáveis”, “erros” e “obstinação” se deve principalmente a partir das críticas aos seus erros, o que distinguiria sua história das demais das atividades humanas (POPPER, 1963). O avanço da ciência em direção à verdade pelo método de conjecturas e refutações se dá então de forma sistemática e linear:

“Seu [de Popper] compromisso é com proposições constantemente renovadas por novas conjecturas, frutos da correção constante de erros. Tateando entre erros e acertos, o critério que da substância ao seu método é o da falseabilidade, ou o confronto rigoroso e impiedoso das teorias com a observação e a experiência. Em última instância, trata-se da eliminação das teorias incapazes de resistir aos testes e da sua substituição por outras conjecturas especulativas mais promissoras.” (GANEM, 2010: 6).

1.3 Popper e as Ciências Sociais

Popper foi um filósofo particularmente conectado às ciências naturais. Suas contribuições no campo da filosofia da ciência encontraram grande repercussão entre os físicos e químicos, tendo inclusive participado de debates internos ao campo, como evidencia a carta recebida de Albert Einstein transcrita na “Lógica da Pesquisa Científica”. No campo das ciências sociais, a maior parte de sua influência decorre de interpretações de outros autores. Em relação à economia, o autor considera exemplar a forma que a investigação lógica assume, balizando o que deveria ser padrão para as

¹⁵ Isso é o que se chamou de teoria da verossimilitude, sobre a qual o próprio Popper admitiu falha em sua formulação, constituindo uma dificuldade fundamental para a metodologia falsificacionista na economia (HANDS, 2008 [1993]). Essa teoria é base também para sua posição enquanto realista.

demais ciências da área¹⁶. O livro *Conjecturas e Refutações* é dedicado a Friedrich Hayek, que alega ter sido influenciado pelo filósofo e muito o incentivou para publicação do livro. Embora não seja freqüente, encontra-se ainda referência a John Maynard Keynes como autor adepto da criticada lógica indutiva (POPPER, 1974 [1934]: 30). Dos seus escritos, as 27 teses¹⁷ de *A Lógica das Ciências Sociais* talvez se constituam como a principal referência das escolas popperianas mais ligadas ao “Racionalismo Crítico” e à “Lógica Situacional”.¹⁸

Popper começa sua análise da lógica das ciências sociais analisando o conhecimento em si. É a partir da noção de conhecimento que poderá se fazer uma conjectura a respeito do método adequado ao seu desenvolvimento. A despeito do ceticismo existente acerca do saber, principalmente no que tange às ciências de caráter subjetivo, o autor enfatiza que, de fato, muito conhecemos. E o objeto de nosso conhecimento não se trata de fatos meramente curiosos ou sem-importância: sabemos muito a respeito de aspectos cruciais da nossa realidade. Porém, seria assombroso também o tamanho da ignorância a respeito de assuntos de igual relevância. Suas duas constatações não são excludentes entre si, pois seria exatamente esta tensão que propicia uma melhor compreensão à respeito da lógica do conhecimento. A importância dessa dualidade se explica ainda pela importância que o autor atribui ao “problema”. Pois, segundo Popper (2004 [1961]: 14), o conhecimento “não começa de percepções ou observações ou de coleção de fatos ou números, porém, começa, mais propriamente, do problema”. Ou seja, a observação só assume importância na medida em que desta se detecta um problema, uma questão. É da constatação de que nosso conhecimento não se adéqua aos fatos, ou, mais precisamente, “da descoberta de uma contradição aparente entre nosso suposto conhecimento e os supostos fatos” (POPPER, 2004 [1961]: 14-15) que se edifica o conhecimento. É da linha tênue de separação entre o saber e não-saber que emerge o problema.

¹⁶ Popper explicita esse ponto no início vigésima quinta tese da *Lógica das Ciências Sociais* (POPPER, 2004 [1961]: 31): “A investigação lógica da Economia culmina com um resultado que pode ser aplicado a todas as ciências sociais”. Nesta obra, o autor não faz qualquer menção distintiva das diferentes escolas de pensamento na economia.

¹⁷ Essas teses deram início ao histórico embate entre Popper e Theodor Adorno no Congresso da Sociedade de Sociologia Alemã, em 1961.

¹⁸ Outra importante referência é *A Pobreza do Historicismo* (1957).

A) O método crítico nas ciências sociais

A partir do problema, a metodologia popperiana propõe que sejam constituídas soluções para os mesmos, tal qual o método das ciências naturais. Analogamente às teorias falseáveis, as soluções que almejem o status de ciência devem ser constituídas de forma a serem passíveis de crítica.

“As hipóteses, uma vez submetidas a crítica do critério de falseabilidade, poderão ser descartadas ou aceitas (6ª tese). Nesse ponto, Popper sublinha que é na crítica que reside a objetividade do método científico de ensaios e erros. O erro, ponto sensível do teste, denuncia um caso de ignorância e confirma a natureza provisória do nosso conhecimento (7ª tese).” (GANEM, 2010: 18).

A crítica exerceria papel análogo ao que os enunciados singulares derivados das observações empíricas desempenham nas ciências naturais. Assim, uma vez tendo-se enunciado uma solução, deve-se haver tentativa de refutá-la a partir da crítica pertinente. Caso esta obtenha sucesso, deve-se abandonar a solução e buscar uma nova. As soluções propostas que resistiram às críticas serão aceitas temporariamente, tendo em mente que sempre poderão ser criticadas mais a frente, o que remete à idéia do falibilismo. Do caráter objetivo do método crítico tal como proposto, repousaria a objetividade das ciências sociais. Desta analogia deriva-se a essência da unidade do método da ciência, cujo uso independeria de qualquer distinção entre as ciências naturais e sociais. A metodologia proposta tem caráter prescritivo. O autor reconhece que a objetividade nas ciências sociais é muito mais difícil de ser alcançada do que nas ciências naturais, justificando sua posição pela necessidade de que esta seja isenta de valores, explicando que “apenas nos casos mais raros pode o cientista social libertar-se do sistema de valores de sua própria classe social, e assim atingir um grau mesmo limitado de ‘isenção de valores’¹⁹ e ‘objetividade’.”²⁰ (POPPER, 2004 [1961]: 17). Cabe destacar que seu argumento aqui é dubio, isto porque, após criticar severamente a objetividade como entendida pelos cientificistas das ciências sociais, ele coloca que “É um erro admitir que a objetividade de uma ciência dependa da objetividade do cientista. E é um erro acreditar

¹⁹ A “objetividade” da ciência, na forma como é almejada por Popper, se opõe, para o autor, não só a “subjetividade”, mas também a “não-neutralidade”. A busca popperiana por uma metodologia que garanta a objetividade da ciência procura livrá-la de ambas as características.

²⁰ A passagem ainda sugere o que seria um resquício da influência de Marx no pensamento popperiano. Outros traços podem ainda ser identificados, como o anti-psicologismo e a perspectiva de uma autonomia para a sociologia (GANEM, 2010).

que a atitude do cientista natural é mais objetiva do que a do cientista social.” (POPPER, 2004 [1961]: 22).

A lógica dedutiva é a base da metodologia proposta. Popper propõe que sua função mais importante é servir de base para um sistema de crítica, constituindo-se então como “teoria da crítica racional”. Assim, a seguinte máxima vale também como pilar para esse sistema: “a lógica dedutiva é não só a teoria da transmissão da verdade das premissas à conclusão, mas é, também, ao mesmo tempo, a teoria da retransmissão da falsidade da conclusão até, ao menos, uma das premissas.” (POPPER, 2004 [1961]: 27). Segue daí que a refutação de uma teoria pode ser alcançada por três caminhos:

- Crítica a qualquer uma das premissas;
- Crítica a validade da lógica em si;
- Crítica às conclusões da teoria.

O argumento crítico por quaisquer das três vias é uma crítica a pretensão a verdade de uma teoria. É importante destacar que o autor considera o conceito de verdade tal como é usado no cotidiano, de forma absoluta e objetiva²¹. Assim sendo, diz da preposição verdadeira, aquela que corresponde aos fatos ou aquela cuja descrição é a forma como as coisas de fato são. Popper nega assim qualquer forma de relativização do conceito de verdade. As idéias relativas a escolha entre teorias, a saber, o progresso das teorias em direção à verdade e o poder explicativo das teorias, tais como abordados na seção anterior, aparecem de forma indistinta na sua concepção acerca das ciências sociais.

Popper critica a forma como a objetividade é buscada por aqueles que, mesmo inconscientemente se posicionam de forma cientificista ou naturalista, ou seja, que partem da coleta de dados estatísticos, que posteriormente tratadas pela lógica indutiva, dariam origem às teorias científicas. O autor coloca que esse equívoco é comum nas ciências sociais, exceto, talvez, em economia²²: “Outra vitória destas [do método supostamente observacional], e nós – isto é, ambas a antropologia e a sociologia – estamos perdidos.”

²¹ O autor atribui ao matemático e lógico Alfredo Tarski a demonstração desse conceito, o que considera “como, filosoficamente, o mais importante resultado da lógica matemática.” (POPPER, 2004 [1961]: 26).

²² No livro *A Lógica das Ciências Sociais*, o autor não faz menção a qual(is) escola(s) de pensamento considera livre deste equívoco.

(POPPER, 2004 [1961]: 19). A objetividade, segundo o autor, caberia à comunidade científica, não ao cientista individualmente²³.

B) A lógica situacional

Popper (2004 [1961]: 31) cita a ciência econômica como exemplo para as demais na área social: “A investigação lógica da economia culmina com um resultado que pode ser aplicado a todas as ciências sociais.” Conclui que esta é a prova de que existe um método puramente objetivo, ao qual chama de lógica situacional. Essa concepção teria por base a independência que as ciências dessa área podem alcançar da psicologia. Cumpre destacar que o autor nega que a psicologia seja a base das ciências sociais, uma vez que, na medida em que a mente humana não poderia ser entendida de forma independente do meio na qual está inserida, deve ser considerada também uma ciência social. Partindo da idéia de que o homem persegue certos objetivos, a análise do comportamento humano fica então reduzida à análise da situação na qual ele se encontra. Esta proveria todos os elementos necessários para determinar como o indivíduo procederá para alcançá-los, a despeito de toda sua subjetividade psicológica individual.

A lógica situacional “consiste”, então, “na análise da situação do indivíduo, na busca de explicar a ação a partir da situação” (MARIN; FERNÁNDEZ, 2002: 8). Nesse contexto, sua ação será orientada pelo chamado “princípio da racionalidade”. O agente racional avalia a situação na qual se encontra, agindo adequadamente a ela. Isso posto, o que se considera como elementos objetivos da situação afeta diretamente a análise proposta. Da vigésima quinta e da vigésima sétima tese da “Lógica das Ciências Sociais”, os seguintes tipos de elementos podem ser identificados como aptos a compor a situação:

- (i) Objetivos do indivíduo (POPPER, (2004) [1961]: 32).
- (ii) Informações e teorias objetivas à disposição do indivíduo (além do conhecimento, deve-se também considerar elementos inicialmente tidos como psicológicos, “como desejos, motivos, lembranças e associações”) (POPPER, (2004) [1961]: 31-32).

²³ Essa tese resolveria parte do conflito argumentativo destacado em parágrafos antecedentes.

- (iii) Mundo físico onde se transcorre a situação (POPPER, (2004) [1961]: 32-33).
- (iv) Mundo social, “habitado por outro povo, de cujas metas sabemos alguma coisa (muito pouco)” (POPPER, (2004) [1961]: 33).
- (v) Instituições Sociais (em sentido amplo, como “armazém”, “instituto universitário”, “força policial”, “lei”, “Igreja”, “Estado”, “Casamento” e “costumes coercitivos”) (POPPER, (2004) [1961]: 33).

Os modelos derivados da lógica situacional são reconstruções teóricas e racionais. Por serem simplificadas e esquematizadas, são necessariamente falsas²⁴.

Popper invoca, então, o grau de comparabilidade das teorias para justificar sua posição, as teorias preferidas devem ter um alto conteúdo verdade, sendo este, necessariamente, maior do que as demais. Assim, “no sentido estritamente lógico”, poderiam ser consideradas boas aproximações da verdade.

A lógica situacional é individualista, isto é, apenas os indivíduos agem na situação. Popper destaca que as instituições não agem. Sua interferência na situação decorre apenas de suas “quase-ações”, isto é, apenas das ações individuais ocorridas “dentro”, “para” ou “através” das instituições (POPPER, (2004) [1961]: 33).

²⁴ Conforme será visto mais a frente na interpretação de Caldwell, essa tese entraria em conflito com a prescrição falsificacionista.

II POPPER E O DEBATE DA METODOLOGIA ECONÔMICA

No capítulo que se inicia, serão abordadas duas das principais escolas popperianas na economia: a centrada no falsificacionismo, a partir da interpretação de Mark Blaug; e a centrada no racionalismo crítico e na lógica situacional, através da leitura oferecida por Bruce Caldwell. O falsificacionismo ganhou força na economia durante a década de 70, tendo atingido o ápice de sua influência na década de 80. A partir de então, é cada vez menor a quantidade de adeptos a essa visão entre os especialistas na área. O racionalismo crítico e a lógica situacional são conceitos distintos, embora costumem aparecer juntos em grande parte dos intérpretes popperianos, tal como em Caldwell. A lógica situacional era bastante conhecida nos círculos popperianos durante a década de 60, devido à publicação, em 1962, da “Lógica das Ciências Sociais”. O racionalismo crítico visa preencher a lacuna deixada por Popper no que tange à racionalidade das ciências sociais, uma vez que o falsificacionismo entraria em contradição com alguns princípios da análise situacional. Além de Caldwell, Lawrence A. Boland é outra importante referência desta posição (MARIN; FERNÁNDEZ, 2002).

2.1 A Defesa de uma Metodologia Popperiana por Mark Blaug

A partir de Mark Blaug, com seu trabalho *The Methodology of Economics* (1980), o trabalho de Popper passou a encontrar grande eco na ciência econômica, sendo muitas vezes colocado como referência para o que se entende entre os economistas como o método científico. É desta visão que emerge a interpretação mais popular do referido autor, centrada no falsificacionismo enquanto método de demarcação entre ciência e não-ciência²⁵.

²⁵ Terence Hutchison foi quem primeiro trouxe a abordagem falsificacionista para a economia.

2.1.1 Da interpretação metodológica de Popper

A interpretação trazida por Mark Blaug importa diretamente a maior parte das prescrições metodológicas das ciências naturais do filósofo para a economia, com poucas adequações²⁶. O falsificacionismo como anteriormente explicado aparece nessa abordagem, naturalmente, como principal pilar do método, donde se deriva a explícita defesa da bandeira empírico-preditivista a partir da econometria aplicada. O intérprete destaca, inicialmente, o caráter eminentemente prescritivo das proposições popperianas, valendo-se destas para avaliar as diferentes teorias e escolas do pensamento quanto às suas respectivas posições enquanto ciência. O falibilismo, os problemas da base empírica, os estratagemas imunizantes ajudam a compor o repertório instrumental e prescritivo de Blaug na intenção de direcionar à economia para se consolidar tanto enquanto ciência positiva quanto normativa.

Quanto à oposição entre o verificacionismo e o falsificacionismo, Blaug oferece uma análise da lógica, que justificaria a adoção da metodologia prescrita por Popper. Do silogismo “Se ‘A’ é verdadeiro, então ‘B’ é Verdadeiro”, extrai-se que a verdade da primeira sentença é transferida para a segunda sentença, através de operação lógica. Ou seja, a observação de eventos que confirmem ‘A’, necessariamente acarretará a confirmação de ‘B’. Considerando a primeira sentença uma teoria científica e ‘B’ sua respectiva previsão acerca de um evento futuro, se ‘A’ é verdadeiro, sua previsão também o será. Voltando ao silogismo hipotético apresentado: a observação de ‘B’ não valida enquanto verdade ‘A’. Isso porque ‘B’ pode ocorrer por outras razões diferentes e independentes de ‘A’. Logo, mesmo que se tenha certeza absoluta que ‘B’ é verdadeiro, ‘A’ não necessariamente o será. A verdade da segunda sentença não é transferida para a sentença antecedente. No caso de teorias científicas: se uma teoria ‘A’ prevê ‘B’, o fato de ‘B’ ter de fato ocorrido não valida ‘A’ enquanto verdade. Daí emergiria o problema da indução: não há qualquer razão lógico-dedutiva que implique que haja qualquer motivo para se atribuir o status de verdade a essa teoria, por mais que as previsões sejam confirmadas através de testes empíricos. A falsidade, porém, da segunda sentença, é

²⁶ Outra grande influência de Blaug é Imre Lakatos, a partir do qual o autor adéqua a metodologia econômica popperiana num caráter não apenas prescritivo, mas também descritivo.

retransmitida para a primeira por operações essencialmente lógicas: Se a observação empírica mostra que ‘B’ é falso, logo, necessariamente, ‘A’ será falso. A análise fica mais elucidativa quando se faz uso de uma terminologia menos abstrata: Se uma teoria ‘A’ prevê que ‘B’ ocorrerá no tempo ‘t’ e ‘B’ não ocorrer, ‘A’ é necessariamente falso. A falsidade da previsão B anula a possibilidade da teoria ‘A’ ser verdadeira. Daí deriva a essência do falsificacionismo: os eventos empíricos assumem papel crucial na medida em que *refutam* as previsões. É a partir do evento contrário que se poderia deduzir objetivamente alguma conclusão logicamente válida.

Acerca da tese de Duhem-Quine, Mark Blaug coloca que esta é muitas vezes apresentada como uma crítica a Popper, como se este não estivesse a par dessa questão. Com relação a isso, coloca: “Popper não apenas é consciente da tese de Duhem-Quine, como na realidade toda a sua metodologia é concebida para lidar com ela.” (BLAUG, 1993 [1980]: 56). É daí, segundo ele, o marco distintivo entre o “Popper ingênuo”, inventado pelos críticos, e o “Popper sofisticado”, que endossa a tese de Duhem-Quine e concebe uma série de prescrições metodológicas para lidar com ela²⁷. Blaug objetiva o que interpreta como o critério de demarcação entre ciência e não-ciência de Popper: “Não é a capacidade de falseamento como tal que distingue a ciência da não-ciência no trabalho de Popper; o que delimita a ciência da não-ciência é o falseamento mais as regras metodológicas que proíbem aquilo que ele a princípio chamou de ‘suposições auxiliares ad hoc’.” (BLAUG, 1993 [1980]: 56). Ou seja, as teorias científicas não são logicamente falseáveis, mas se tornam falseáveis a partir da postura metodológica dos cientistas. Isso significa, para Blaug, que a questão é se os economistas seguem ou não as regras metodológicas popperianas, tais como as apresentadas na alínea “F”, na segunda seção do primeiro capítulo.

2.1.2 Da Economia enquanto Ciência Empírica

O fim da década de 60 marcou um período de alta turbulência no pensamento econômico. O forte ressurgimento da economia neoclássica trazia consigo uma certa

²⁷ Mark Blaug não deixa claro exatamente que prescrições seriam estas, sendo apenas vulgarmente apresentadas através de uma amostragem extraída da Lógica da Pesquisa Científica. Numa nota de rodapé diz: “Para uma lista completa das regras, ver Johansson (1975, caps 2,4-11).” (BLAUG, 1999 [1980]: 56).

inquietação a respeito dos resultados obtidos pelos programas de pesquisa em questão, o que fez emergir uma “orgia de autocrítica” da própria ciência (BLAUG, 1993 [1980]: 325). O questionamento dos resultados concretos não poderia vir desacompanhado de um questionamento acerca do método usado por economistas, que justificasse o amplo apreço que estes tinham frente à sociedade. Blaug, a partir de uma perspectiva popperiana, traça sua própria avaliação dos diferentes ramos da economia enquanto ciência

Algumas das considerações face aos problemas evidenciados pelo intérprete são compartilhadas por outros autores. É o caso da falta de qualidade dos dados trabalhados pelos economistas, trazido em seu livro através da citação de Wassily Leontief: “Os economistas pouco ligam para a qualidade dos dados com que trabalham.” (BLAUG, 1993 [1980]: 325). As questões que concernem à dificuldade de trabalhar os dados empíricos na economia são enfatizadas por Blaug, remetendo ao que Popper chamou de o “Problema da Base Empírica”. Como essa maior dificuldade é característica das ciências sociais, Karl Popper oferece pouca recomendação para lidar com essa questão. Para isso, Mark Blaug procura oferecer algumas soluções próprias, como será visto mais a frente.

Dentro do espectro das teorias econômicas, Blaug detecta poucas que atendem à demanda popperiana de serem falseáveis, permitindo sua refutação a partir de observações empíricas. Também no que se refere à prática dos economistas, sua avaliação é que estes pouco se preocupam em criticar suas teorias a partir do confronto de suas conclusões com a realidade: Conclui-se então que

“Minha colocação, de forma contrastante, é que a fraqueza central da economia moderna constitui, realmente, a relutância em produzir as teorias que rendem implicações refutáveis de forma não ambígua, seguida de uma disposição de não confrontar aquelas implicações com os fatos.” (BLAUG, 1993 [1980]: 326).

Desta forma, grande parte das teorias econômicas estaria afastada do conceito de ciência da forma como é entendida por Popper. Arelada a essa percepção, o intérprete coloca que a previsão (que seria a confrontação definitiva com os fatos, a partir da tese

de simetria²⁸) deve se constituir como o objetivo central de uma ciência pretensamente positiva. Só a partir de teorias efetivamente preditivas, poder-se-ia constituir um padrão metodológico falsificacionista que servisse de base para o julgamento de suas respectivas validades, tal como idealizado por Popper. Blaug destaca que ainda, que, além importância das teorias para a ciência positiva, os economistas devem se preocupar também com seu caráter normativo, uma vez que a proposição de políticas econômicas seria função última da economia enquanto ciência. Ou seja, às teorias econômicas não bastam seguirem os cânones metodológicos de Popper, embora seja isso condição necessária: elas também devem constituir uma agenda política. Em relação a isso, Blaug (1993 [1980]: 334) coloca que:

“Além do mais, a economia continuamente toca em questões sujeitas à política governamental, de maneira que doutrinas econômicas importantes não são apenas programas de pesquisa científicos (PPC), no sentido de Lakatos²⁹ e sim também programas de ação política (PAP).”

Relativamente comum seria encontrar na economia exemplos de teorias que, embora preocupadas com sua adequação aos fatos, o fazem de forma errada. A empírica seria usada nessas teorias sob uma perspectiva verificacionista, o que seria como “jogar tênis com a rede arriada” (BLAUG, 1993 [1980]: 330). Seria relativamente fácil para qualquer teoria encontrar algum evento que lhe seja favorável. Todas as críticas de Mark Blaug a essa forma de lidar com os dados empíricos são respaldadas pelas críticas de Popper ao verificacionismo e à lógica da indução. O intérprete recomenda que essa forma de confrontação é errada, porém comum, devendo ser substituída pela lógica falsificacionista: “em vez de tentar refutar previsões testáveis, os economistas modernos no mais das vezes se satisfazem em demonstrar que o mundo real se ajusta a suas previsões, substituindo dessa forma a falseação, que é difícil, pela verificação, que é fácil.” (BLAUG, 1993 [1980]: 330).

O problema é, segundo Blaug (1993 [1980]), comum a todas as escolas de pensamento, incluindo tanto a ortodoxia quanto seus críticos. Várias correntes heterodoxas apresentariam “estratagemas imunizantes” sob as mais variadas formas

²⁸ “Noção de que existe uma simetria lógica perfeita entre a natureza da explanação e a natureza da previsão, de forma que a explanação seja simplesmente a previsão-pelo-avesso; parte essencial do modelo de explicação científica hipotético-dedutivo.” (BLAUG, 1999 [1980]: 342).

²⁹ “PPC – Programa de Pesquisa Científica no sentido de Lakatos, ou seja, aglomerados de teorias interconectadas que derivam de um *hard core* comum.” (BLAUG, 1999 [1980]: 348).

para se justificar. Algumas justificariam suas posições em diferenças de paradigmas³⁰, outras não considerariam a previsão meta da ciência econômica³¹, outras até repudiariam o método empírico para estabelecer a verdade das suas conclusões³². O marxismo se defenderia a partir de ampla gama de hipóteses *ad-hoc*, de forma a proteger-se “contra quaisquer profecias que falharam em se materializar.” (BLAUG, 1993 [1980]: 333). O intérprete sintetiza sua posição afirmando que “os radicais, austríacos modernos, institucionalistas e marxistas, todos eles têm boas desculpas para não prestar muita atenção aos imperativos metodológicos do falseabilismo.” (BLAUG, 1993 [1980]: 333).

Dado que tais escolas(heterodoxas) não pregam os cânones falsificacionistas, algumas sequer poderiam ser consideradas ciências empíricas, segundo Blaug. Os neoclássicos, porém, não teriam a mesma desculpa, uma vez que “pregam a importância de submeter teorias a testes empíricos.” (BLAUG, 1993 [1980]: 333). O caráter preditivo e o significado para questões de políticas têm sido preteridos por atributos de menor valor, caracterizando a filosofia da ciência neoclássica como um “falseabilismo inócuo”. Ou seja, o discurso falsificacionista, segundo o intérprete, não estaria se materializando na prática comum do economista.

O falsificacionismo enquanto método empírico supostamente desejável a ciência econômica (e todas as sociais) requer uma base empírica sólida para se assentar. Porém, como afirma Mark Blaug (1993 [1980]: 334),

“infelizmente, não temos nem dados confiáveis nem técnicas poderosas para distinguir entre proposições válidas e inválidas dentro da economia positiva, e as pressões profissionais para ‘publicar ou perecer’ continuamente encorajam uma abordagem de ‘participar do jogo’ com relação ao trabalho econométrico que não contribui para melhorar o banco de dados ou as técnicas-padrão regularmente empregadas no teste das hipóteses econômicas.”

O intérprete ainda ressalta que, mesmo no campo teórico, não há consenso sobre o procedimento correto. Ainda assim, Blaug considera a econometria como a “única maneira de selecionar, dentre um grande número de possíveis explanações, aquela que melhor pudesse explicar os eventos econômicos.” (BLAUG, 1993 [1980]: 335). Frente às alternativas, como o uso da história ou o método etnográfico de alguns

³⁰ Seria o caso, segundo Blaug, da Escola de Cambridge e dos Economistas Políticos Radicais.

³¹ Um exemplo estaria nos institucionalistas, segundo o autor.

³² De acordo com Blaug, os austríacos modernos seriam os adeptos dessa posição.

institucionalistas, é a única capaz de providenciar tanto análise qualitativa quanto quantitativa, de suma importância para a prescrição de políticas econômicas. O autor, por fim, posiciona-se ao lado das propostas atribuídas a Thomas Mayer, visando a contornar os “problemas da base empírica” da economia³³. São elas (BLAUG, 1993 [1980]: 335-336):

- 1) Dar maior ênfase nas pesquisas ao problema da coleta de dados;
- 2) Abandonar a idéia de experimentos cruciais, dando maior atenção no conjunto de evidências econométricas como um todo;
- 3) Encorajamento por parte dos periódicos especializados de trabalhos baseados na validade provável dos resultados reportados e não com base na sofisticação técnica dos processos envolvidos;
- 4) Exigência de que os pesquisadores publiquem todas as regressões rodadas em sua pesquisa, não apenas aquelas que estejam de acordo com a teoria proposta;
- 5) Guardar dados de reserva contra os quais testar suas regressões;
- 6) Publicação por parte dos periódicos de artigos com resultados insignificantes, com submissão dos dados não usados na intenção de que outros autores possam verificar suas conclusões;
- 7) Aceitar que, dadas as fraquezas da econometria, outras formas de testar as teorias econômicas, como apelo à história econômica, são igualmente válidas e não podem ser consideradas arcaicas.

A pequena relativização do método empírico-econométrico a partir da última asserção é ainda mais marginalizada quando o intérprete conclui: “A única cura para os defeitos da economia, como afirma Peasaran (1987), é mais econometria.” (BLAUG, 1993 [1980]: 336).

O intérprete finaliza sua famosa obra avaliando que, dentre as correntes em voga, a que melhor se adéqua à metodologia preditivista, derivada do falsificacionismo popperiano, é a economia neoclássica. Apesar de seus problemas, esta efetivamente teria mostrado avanço (ainda que modesto) na capacidade de previsão, principal objetivo de

³³ Cabe destacar que Popper não é fonte primária para proposições acerca do contorno do problema da base empírica na economia.

uma ciência positiva. Ainda sob influência popperiana, argumenta que todos os programas de pesquisa alternativos à ortodoxa deveriam direcionar-se para o mesmo conjunto de questões da economia neoclássica (BLAUG, 1993 [1980]: 338), de forma que facilitasse a avaliação entre as teorias, permitindo avaliar melhor o grau de corroboração relativa a cada uma. Uma ciência econômica balizada pelas prescrições popperianas poderia, seguindo a linha de raciocínio do intérprete, diminuir a quantidade de programas de pesquisa diferentes e fazer com que a ciência econômica mereça o *status* de “ciência”, de confiabilidade similar às naturais.

Implicitamente, o autor deixa claro que considera adequada e relevante o conjunto de questões levantadas pela economia ortodoxa. Claramente, a diversidade teórica não seria considerada frutífera para a economia. A proposta de unidade do método advogada por Blaug é, em si, uma proposta de homogeneização dos programas de pesquisa em torno do neoclássico.

2.1.3 Popper e a História do Pensamento Econômico

O debate metodológico acerca da obra de Popper é relativamente extenso. Após o impacto inicial do livro de Blaug, *Metodologia da Economia* (1993 [1980]), uma série de críticas foram feitas à aplicabilidade do filósofo na ciência econômica, colocando em xeque tanto suas prescrições de comportamento científico e critérios metodológicos, quanto sua suposta capacidade em descrever o desenvolvimento econômico. É sob os ataques destas linhas de argumentação, em especial a segunda, que Blaug escreve, em 1994, o artigo *Why I am not a Constructivist: Confessions of a Unrepentant Popperian*, onde procura mostrar a suposta grande relevância de algumas pedras fundamentais da obra de Popper para a compreensão tanto da história da ciência econômica, quanto do que considera ser os seus rumos metodológicos adequados, na expectativa de encontrar estes materializados na prática comum dos economistas.

O estudo da história do mundo está intimamente ligado ao desenrolar dos acontecimentos, os fatos. Embora não seja tão trivial quanto pareça à primeira vista, a delimitação do que realmente constituem-se os fatos, a história factual, está longe de ser

consenso entre historiadores, sendo objeto de amplas controvérsias e raiz de acaloradas discussões. A consideração é análoga à posição de Blaug em relação à história do pensamento econômico. Esta precisaria delimitar o que é ou não ciência, de forma a definir seu objeto de estudo, de maneira a balizar o estudo descritivo da história do pensamento. À economia, enquanto ciência, restaria encontrar um critério de demarcação dentro de sua disciplina, ajudando a definir dentro dela o que realmente constitui-se como ciência e o que não passa de pseudo-explicações. Aí entra o falsificacionismo popperiano no debate descritivo da ciência econômica, pilar básico da interpretação advogada por Mark Blaug, tão popular entre economistas.

Do ponto de vista do falsificacionismo, o objeto da história do pensamento econômico constituir-se-ia, então, de uma seqüência de teorias que se caracterizam por serem falseáveis, ou seja, por serem empiricamente refutáveis. O progresso da ciência econômica seria alcançado através da efetiva confrontação das previsões das teorias frente às observações empíricas. Essa conexão, porém, não é tão direta, como demonstra a tese de Duhem-Quine, que atesta que é tão difícil falsear uma hipótese quanto verificá-la, uma vez que todo o teste de hipótese é um teste conjunto de todas as hipóteses em questão, da qualidade dos dados, dos instrumentos de medida empregados (BLAUG, 1994). A aceitação desta asserção é amplamente aceita, inclusive, conforme anteriormente citado, por Popper. Blaug, porém, nega que sua existência seja suficiente para impedir a aplicabilidade do falsificacionismo na ciência econômica, constituindo-se apenas como um obstáculo a mais para o cientista. Atento ao problema, este deveria sempre antecipar quais os resultados que o levariam a abrir mão de sua teoria.

Para Blaug, o progresso da ciência econômica seguiria, então, por dois caminhos analiticamente distintos: progresso teórico e progresso empírico. O primeiro se constituiria de um avanço numa melhor compreensão das relações econômicas, não importando sua capacidade preditiva dos rumos do objeto de análise. O segundo está intimamente ligado à capacidade preditiva: o progresso empírico se dá quando há ganho de poder de previsão com determinada teoria, no sentido de ampliação dos falseadores potenciais. Essa concepção é onde Blaug se aproxima da proposta lakatosiana: “Há progresso teórico quando cada mudança no cinturão protetor representa um aumento do conteúdo empírico; isto se esse acréscimo de conteúdo empírico realmente tiver

corroboração (Lakatos 1970: 118).³⁴” (HANDS, 2008 [1993]: 195, tradução livre). Para Blaug (1994), haveria uma razoavelmente clara distinção entre a forma como determinados economistas entendem como progresso. Aqueles que negam a capacidade preditiva da economia atribuiriam, segundo Blaug (1994), pouco ou nenhum valor aos acontecimentos empíricos, restando enquanto objetivo do desenvolvimento da ciência econômica o melhor desenvolver e definir de conceitos e derivações lógicas a partir de princípios arbitrários. Outros economistas, preocupados primordialmente com a capacidade preditiva da economia enquanto ciência, entenderiam como progresso o que foi definido como progresso empírico.

Blaug invoca Popper quando toma partido dos que advogam a importância do progresso empírico:

“Ambos [Popper e Lakatos] contam na sua filosofia da ciência com a noção de ‘progresso do conhecimento’ e com isso eles não querem dizer uma definição mais precisa de termo, ou uma clarificação de conceitos; e sim maior poder explicativo sobre o domínio do assunto manifestado através de predições mais acuradas ou gerais.” (BLAUG, 1994: 122, tradução livre).

A tese de simetria entre explicação e previsão serve a sua posição para atestar que a própria capacidade da ciência econômica em oferecer uma compreensão dos fenômenos relacionados ao seu objeto está umbilicalmente ligado à capacidade preditiva: “Certamente, ‘explicação’ é simplesmente predição escrita ao avesso, ao que se dá o nome de ‘tese da simetria’, dos desprezados lógico-positivistas³⁵” (BLAUG, 1994: 117, tradução livre). O autor cita ainda Alfred Marshall para elucidar a tese: “a explicação do passado e a previsão do future não são operações diferentes, mas a mesma trabalhando em direções opostas. Uma do efeito para a causa, e a outra da causa para o efeito.³⁶” (BLAUG, 1994: 117, tradução livre). Da forma como definido anteriormente, o progresso científico, para Blaug (1994), deveria ser Meca da ciência econômica, assumindo um caráter mais nobre e relevante do que o progresso teórico sem contrapartida empírica.

³⁴ “There is theoretical progress if each change in the protective belt is empirical content increasing; that is if it this excess empirical content actually gets corroborated (Lakatos 1970: 118).” (HANDS, 2008 [1993]: 195)

³⁵ Indeed, ‘explanation’ is simply prediction written backwards which is the so-called ‘symmetry thesis’ of the despised logical positivist.³⁵” (BLAUG, 1994: 117)

³⁶ “the explanation of the past and prediction of the future are not different operations, but the same worked in opposite directions, the one from effect to cause, the other from cause to effect.” (BLAUG, 1994: 117)

Da forma como Blaug considera progresso, a questão do que ele considera previsão passa a assumir fundamental importância, uma vez que este atributo colocado como objetivo das teorias econômicas possui ampla contestação entre outros estudiosos da metodologia econômica. A capacidade preditiva da economia teria força enquanto predição *qualitativa*, isto é, não poderiam precisar em números as variações das variáveis em questão, apenas dizer se a variação será positiva ou negativa. A economia neoclássica já teria provido segurança suficiente a esse tipo de previsão, de forma que já se pudesse depositar confiança a ponto de servirem de base para a construção de políticas econômicas. Somente a partir da previsão (mesmo que apenas qualitativa) a ciência econômica teria respaldo para fundamentar as políticas. Analogamente, a negação do caráter preditivo da ciência econômica seria desqualificar a economia enquanto tal, relegando-a a mero exercício intelectual sem finalidade prática: “Abrir mão da orientação de políticas nas ciências econômicas, é reduzir o estudo da economia a satisfação de meras curiosidades³⁷” (BLAUG, 1994: 119, tradução livre).

Para advogar que a ciência econômica possui, de fato, poder preditivo, Mark Blaug (1994) traz à tona um trabalho chamado *Advances of Social Sciences, 1900-1980*³⁸, que lista 12 inovações teóricas ocorridas na esfera da ciência econômica. A lista compreenderia as principais inovações relativas aos anos entre 1900 e 1965, tendo sido criada pelos editores do estudo, a partir de julgamentos próprios e com a ajuda de alguns proeminentes economistas. Deste estudo, o autor pinça exemplos que, segundo sua análise, teriam obtido progresso teórico, empírico, ambos ou nenhum. A idéia dele é confrontar sua argumentação com a história da ciência, no intuito de, em operando com as prescrições metodológicas popperianas, mostrar que a economia avançou no sentido de prover substantivo avanços empíricos em diversas áreas. Grande parte dessas inovações teria obtido, segundo o autor, amplo progresso teórico. Ainda segundo Blaug (1994), embora menor, o número de inovações teóricas que apresentaram progresso empírico seria suficiente para refutar a crença dos mais cétricos quanto ao caráter preditivo da ciência econômica.

Assim, “suficiente já foi dito sugerindo que a filosofia popperiana da ciência não é capaz de descrever todo o ‘progresso do conhecimento’ da economia moderna, mas

³⁷ “To give up Police-relevance in economics is to reduce the study of economics to the aim of satisfying ‘idle curiosity’.” (BLAUG, 1994: 119)

³⁸ DEUTSCH et al. (1986: 374-384 apud BLAUG, 1994).

consegue sim descrever uma parte³⁹” (BLAUG, 1994: 126, tradução livre). O argumento é relativamente simples: os exemplos citados *corroborariam* a tese de que há progresso empírico na ciência econômica e refutaria a descrença dos que negam nesta seu ‘progresso empírico’. Também corrobora que alguns economistas praticam o falsificacionismo, uma vez que diversos campos das inovações que mostraram pouco ou nenhum avanço na ciência econômica, foram relativamente marginalizados e abandonados. Blaug (1994) não quer dizer que toda a economia trabalha sob essas diretrizes, sendo numerosos os exemplos de teorias que não sucumbiram mesmo frente a incontáveis constatações empíricas que as refutavam. Acerca destes casos adverte que os economistas deveriam levar mais a sério as prescrições do falsificacionismo e “tentar com mais afinco” (*try harder*) superar as dificuldades metodológicas inerentes à economia, abrindo sempre a possibilidade de abandonar teorias que não passam pelo teste.

Agora, a questão dos graus de corroboração enquanto critério de escolha entre teorias pode ser mais facilmente entendido sob a interpretação de Mark Blaug. Diz-se que “uma teoria é corroborada não quando concorda com muitos fatos, porém quando não encontramos fatos que a refutem.” (BLAUG, 1993 [1980]: 62). Essa forma de abordagem difere bastante da convencional lista de atributos de uma teoria científica, que incluem diversos elementos razoavelmente subjetivos, como consistência interna, simplicidade, completeza e fecundidade, cujas definições são razoavelmente frouxas. O caráter mais objetivo da abordagem popperiana seria então derivado pela exigência de que as teorias façam previsões arriscadas, gerando oportunidades de refutação. As demais qualidades das teorias poderiam ser todas reduzidas a esse único critério. A tentação de quantificar esses graus de corroboração é latente e digna de nota por parte de Blaug. Porém, este defende que a comparabilidade entre teorias é meramente ordinal e inerentemente qualitativa, sendo impossível a quantificação, salvo em casos muito extremos (muito próximos de 0 ou muito próximos de 1).

A interpretação oferecida por Blaug, quando cuidadosamente analisada, oferece uma pretensa relativização do caráter extremamente objetivo comumente atribuído ao falsificacionismo de Popper. A tensão existente entre o Popper ingênuo e o Popper

³⁹ “enough has now been said to suggest that Popperian philosophy of science is not capable of describing all ‘progress of knowledge’ in modern economics but it does describe some of it.” (BLAUG, 1994: 126)

sofisticado é dissecado e trazido à tona pelo intérprete, embora nele também não se resolva. Mark Blaug também não é capaz de sustentar uma interpretação livre de problemas e perfeitamente consistente, conforme aparenta pretender, recaindo num apelo recorrente ao preditivismo que impede com que a metodologia popperiana, da forma como é por ele apresentada, fuja demais do objetivismo exagerado típico dos positivistas.

2.2 A Interpretação Alternativa de Bruce Caldwell

O artigo de Caldwell, *Clarifying Popper*, publicado em 1991 no *Journal of Economic Literature*, alçou o autor como um dos principais intérpretes popperianos dentro da metodologia econômica. Dentro deste debate, a interpretação de Caldwell é referência para a interpretação popperiana derivada dos seus escritos sobre a lógica das ciências sociais. Essa visão é menos centrada no papel do falsificacionismo enquanto critério rígido de demarcação entre ciência e não-ciência, e mais nas considerações do autor austro-britânico acerca da Lógica Situacional e do Racionalismo Crítico.

2.2.1 Breves considerações de Caldwell a respeito de literatura popperiana existente na ciência econômica

Após uma breve introdução, Caldwell (1991) inicia seu artigo enumerando o que considera ser as declarações popperianas de maior importância entre os economistas. Suas primeiras assertivas mostram a já comentada demarcação entre ciência e não-ciência através do falsificacionismo, que se baseia em uma noção de testabilidade diferente daquela atribuída pelos verificacionistas do Círculo de Viena. Depois, resume os papéis dos testes mostrando que entre as teorias falseáveis, testáveis e que foram testadas, o resultado do teste pode ou corroborar com a teoria, se o resultado for positivo, ou refutar

uma teoria, se o resultado for negativo. Destaca, porém, que Popper concorda com algumas considerações kuhnianas, colocando que pode-se decidir por não refutar uma teoria se não houver nenhuma outra para substituí-la. As falseações passariam então a obrigar os cientistas a reexaminar criticamente sua teoria, evitando a solução defensiva de estratégias imunizantes e ajustes *ad-hoc*, criados unicamente para salvar a teoria de refutação. Caldwell (1991) atribui à interpretação popperiana de Blaug a máxima que os cientistas devem sempre dizer antes dos testes quais os resultados que os levariam a abandonar suas teorias, mesmo quando as situações de teste forem complexas, sujeitas à diferentes interpretações. Assim, Caldwell destaca as prescrições popperianas focadas nas ações e atitudes dos cientistas. As recomendações de Popper seriam assumidamente não falseáveis, constituindo uma doutrina metafísica, fazendo da metodologia proposta de caráter prescritivo, ao invés de descritivo, o que impediria qualquer confrontação com a história da ciência. Seguindo suas recomendações, Popper acredita que, com sorte, eliminar-se-ia as teorias erradas do espectro das ciências.

Caldwell (1991) destaca ainda que talvez a maior parte da influência de Popper entre os economistas esteja entre os que não são especialistas em metodologia⁴⁰. Apesar de sua grande popularidade, é difícil avaliar com precisão o quanto Popper efetivamente influenciou na prática dos profissionais, mesmo entre os autores como F. Hayek que dizem sofrer grande influência do filósofo da ciência em questão⁴¹. Entre os especialistas em metodologia, porém, Caldwell ressalta os trabalhos de T. W. Hutchison, Johannes Klant e Mark Blaug. O critério falsificacionista de demarcação é considerado por Caldwell ineficaz para distinguir as escolas de pensamento na ciência econômica. Segundo esse critério, mesmo as teorias do *mainstream* da economia não poderiam ser consideradas “científicas”.

“O Marxismo Clássico também é acusado de não ser falibilista, mas mais do que ser visto como não-falseável, ele é comumente caracterizado como tendo sido falseado (Blaug 1980b; Hutchison 1981, p. 18). Teorias do ‘Equilíbrio’ revelam-se deficientes, pois a assunção de perfeita previsão as esvazia de conteúdo empírico (Hutchison 1960, ch. 4; 1977, ch. 4). Os institucionalistas americanos, cujas teorias são ‘todas muito fáceis de se verificar e virtualmente impossíveis de se falsear’ também são criticadas (Blaug 1980a, p. 127). Muito da economia do *mainstream*

⁴⁰ Provavelmente esta ainda é a principal influência de Popper entre os economistas. Talvez seja este o grande motivo pelo qual a relevância da compreensão de sua obra para o entendimento da ciência econômica como um todo permaneça essencial.

⁴¹ Até porque uma influência no *discurso* dos economistas não necessariamente corresponde a uma influência efetiva em sua prática.

(da tipo do equilíbrio parcial marshalliano) são vistos como científicos, embora haja muito uso de estratégias imunizantes.⁴²” (CALDWELL, 1991: 5, tradução livre).

Caldwell argumenta ainda que Hutchison e Blaug, enquanto historiadores do pensamento, tentaram, sem sucesso, pinçar exemplos concretos do desenvolvimento histórico da teoria econômica que exemplificassem o falsificacionismo também enquanto doutrina descritiva do comportamento do economista, embora reconheça que Popper considerasse esse tipo de “corroboração” de sua proposta metodológica desnecessária. De fato, a validade prescritiva da abordagem popperiana não dependeria, segundo o próprio Popper e muitos de seus seguidores, de sua aplicação bem sucedida na história da ciência⁴³.

A interpretação falsificacionista era dominante entre os círculos popperianos, principalmente durante a década de 80. As crescentes críticas a essa vertente abriram espaço para que os escritos de Popper a respeito das ciências sociais pudessem voltar a despertar a atenção dos estudiosos em metodologia. A partir daí, a “lógica situacional” e o “racionalismo crítico”, principalmente a partir de Caldwell, mostraram uma nova faceta do popperianismo, supostamente mais aplicável à economia.

2.2.2 A interpretação proposta por Caldwell

A interpretação popperiana sustentada por este autor baseia-se na já discutida lógica situacional, enfatizando livremente alguns aspectos da obra de Popper e discordando explicitamente de outros. O autor sublinha que não é tarefa das ciências sociais prever o futuro da história humana, acreditando ser delimitar as conseqüências não-intencionais das ações intencionais do homem. Como destaca Caldwell

⁴² “Classical Marxism is also accused of infallibilism, but rather than being viewed as unfalsifiable it is characterized as having been falsified (Blaug 1980b; Hutchison 1981, p. 18). ‘Equilibrium’ theories are found wanting because the assumption of perfect foresight empties them of empirical content (Hutchison 1960, ch. 4; 1977, ch. 4). American institutionalists, whose theories are ‘all too easy to verify and virtually impossible to falsify’, are also criticized (Blaug 1980a, p. 127). Much of mainstream economics (of the Marshallian partial equilibrium type) is viewed as scientific, but there is still too much use made of immunizing stratagems.” (CALDWELL, 1991: 5).

⁴³ Uma exceção digna de nota é Imre Lakatos, para quem uma metodologia bem sucedida deve ser capaz de reconstruir racionalmente a história da ciência.

(CALDWELL, 1998), este objetivo está diretamente atrelado ao método da lógica situacional. Um exemplo disso seria

“como a variedade de instituições de mercado (como o próprio mercado, a competição e a moeda) são resultado da busca humana individual (racional), mas não como consequência de alguma designação humana consciente (intencional). Mercados são consequências não intencionais de ações humanas intencionais.”⁴⁴ (CALDWELL, 1998: 463, tradução livre).

A) O método da lógica situacional

Popper diria que a análise situacional, ou método da lógica situacional, é não apenas o método apropriado para tal, mas também o único método das ciências sociais, o que não encontra o respaldo de Caldwell⁴⁵. O autor considera que, embora este tivesse se mostrado muito eficiente e frutífero no campo da microeconomia, não deve ser considerado o único método adequado para a ciência econômica. O individualismo é evocado de forma a reduzir a psicologia humana aos objetivos e conhecimentos dados na situação em questão, o que é o caminho para estabelecer a centralidade do conceito de racionalidade, alvo de importantes considerações de Caldwell.

O princípio da racionalidade corresponderia ao pressuposto de que os agentes envolvidos numa determinada situação sempre agirão adequadamente (apropriadamente) na busca por satisfazer seus objetivos. Não se deve atribuir a esse princípio o status de lei científica, pois o mesmo não assume o papel de uma teoria empírica testável, devendo ser encarado, segundo Caldwell, como um princípio metodológico. “Popper”, porém, ao longo de sua obra, “empregou o conceito de diferentes maneiras ao longo dos anos”⁴⁶ (CALDWELL, 1998: 463, tradução livre), ficando difícil encontrar uma justificativa clara e concisa para seu uso na lógica situacional. Popper reconhece que esse princípio é, em última análise, falso. Objetivamente, coloca que

“O principal argumento em favor dessa diretriz é que o nosso modelo fica muito mais interessante e informativo, e muito melhor testável, que com o princípio da

⁴⁴ “how a variety of market institutions (such as markets themselves, competition and Money) came into being as the result of self-seeking (rational) human action, but not as a result of any conscious (intentional) human design. Markets are unintended consequences of intentional human action.” (CALDWELL, 1998: 463)

⁴⁵ Caldwell tenta “salvar” Popper de sua posição dizendo que a defesa do monismo metodológico não foi suficientemente enfatizada pelo autor a ponto de constituir uma posição clara do mesmo.

⁴⁶ “employed the concept in different ways over the years” (CALDWELL, 1998: 463),

adequação de nossas ações. Nós não aprendemos muito observando que o isso não é estritamente verdadeiro: nós já sabemos disso. Ainda, ao invés de ser falso, é uma regra suficientemente próxima da verdade... Outro ponto é: a tentativa de substituir o princípio da racionalidade por outro parece nos levar a uma completa arbitrariedade na construção dos nossos modelos.⁴⁷” (POPPER, 1985: 362 apud CALDWELL, 1991: 14, tradução livre).

Para que se possa explorar mais adequadamente o princípio da racionalidade da forma como é entendida por Caldwell, vale a pena elucidar antes o que este considera ser a descrição mais adequada de como se dá a análise situacional, uma vez que Popper também não teria sido suficientemente claro a respeito desse ponto central. O melhor entendimento seria através da síntese atribuída à Noretta Koertge (1975: 440 apud CALDWELL, 1991: 15), elaborada em quatro sentenças:

- Descrição da situação: Agente A encontra-se na situação C;
- Análise da Situação: A atitude adequada à situações como C é X;
- Princípio da Racionalidade: Agentes sempre agem da forma mais adequada à situação;
- Explanandum: Logo, A faz X.

A idéia consiste que se considere o princípio da racionalidade imune ao escrutínio. Caso uma situação não transcorra tal qual o modelo propõe, o procedimento correto seria uma revisão da situação, permanecendo o princípio intacto.

A microeconomia pode servir como um bom exemplo da aplicabilidade da lógica situacional na economia, segundo a qual

“preferências, tecnologias e restrições (preços, renda, etc.) mostram a situação do agente e sua motivação (maximização de utilidade). Essa situação é analisada segundo a dedução de um comportamento (compra mais ou menos, produz mais ou menos, etc.) que quando é apropriado é matematizável na teoria econômica.” (MARIN; FERNÁNDEZ, 2002: 8).

⁴⁷ “The main argument in favor of this policy is that our model is far more interesting and informative, and far better testable, than the principle of the adequacy of our actions. We do not learn much in learning that this is not strictly true: we know this already. Moreover, in spite of being false, it is as a rule sufficiently near to the truth... Another point is this: the attempt to replace the rationality principle by another one seems to lead to complete arbitrariness in our model building.” (POPPER, 1985: 362 apud CALDWELL, 1991: 14).

A questão que emerge com força após o entendimento da lógica situacional diz respeito ao princípio da racionalidade. Afinal, é relativamente fácil perceber o quanto esse é um conceito vago e subjetivo, dando margem para inúmeras interpretações. Um ponto importante é destacado por Caldwell (1998), segundo o qual Popper sempre deixou transparecer que os cientistas sociais “sabem” sempre qual a ação “racional” numa dada situação, por mais complexa que ela seja. Dentro da economia ortodoxa, esse conceito ganhou uma face amarrada e objetiva, redesenhando a racionalidade como uma questão de maximização. Em dadas situações, a racionalidade garantiria que os agentes sempre fizessem escolhas ótimas, maximizando a utilidade, no caso dos consumidores, e os lucros, nos casos das empresas.

Caldwell (1991) sustenta, porém, que é razoável argumentar que o relaxamento de algumas hipóteses auxiliares constitutivas do conceito de racionalidade da microeconomia marginalista, tais quais a informação perfeita, o custo zero de transações, a infinita capacidade dos agentes em termos computacionais⁴⁸, sem que isso leve a uma descaracterização da análise nos termos do modelo da lógica situacional proposto por Popper. Deste modo, a lógica situacional seria utilizável em abordagens teóricas heterodoxas, nas quais a noção estrita de racionalidade como maximização de uma função objetivo bem definida é abandonada.

O princípio da racionalidade entendido como a proposição de que os agentes agem apropriadamente com a situação dá margem para pelo menos três formas de interpretação.

Uma delas seria a racionalidade subjetiva, onde os agentes “agem apropriadamente como eles a vêem⁴⁹” (CALDWELL, 1991: 18, tradução livre). Assim, uma percepção distorcida da situação pode resultar em ações diferentes da que seria a mais adequada caso se tivesse informação perfeita. Porém, ainda assim, não seria razoável desqualificar o procedimento enquanto racional. Sob a ótica popperiana, um problema que surge é que a racionalidade assim definida atribuiria um caráter não-falseável para a teoria que lhe faz uso.

⁴⁸ A gigantesca capacidade de recolhimento e processamento das informações em acordo com as mais sofisticadas técnicas vigentes poderiam ser incluídas como exemplos.

⁴⁹ “act appropriately as they see it.” (CALDWELL, 1991: 18)

Uma segunda maneira de interpretar esse princípio, seria considerá-lo como equivalente a uma “lei universal dentro das ciências sociais⁵⁰” (CALDWELL, 1991: 19, tradução livre), dando sustento para os modelos usados. Novamente, há a emergência de uma questão envolvendo essa interpretação e o falsificacionismo. Uma vez que se considera os agentes racionais agindo sempre apropriadamente em relação à situação (não de acordo apenas como se enxerga, mas sim de acordo como ela, *de fato*, é), a sentença não passará num rigoroso teste de falseamento, levantando dúvidas sobre como proceder a respeito⁵¹. Popper teria sugerido que a racionalidade assim entendida é suficientemente próxima da verdade. Mesmo considerado enquanto princípio metodológico imutável, não deixa de ser um estratagema imunizante de seu princípio, criando assim um inevitável dilema com as prescrições popperianas.

A terceira maneira de interpretar o princípio seria considerá-lo um “princípio metodológico” que deve ser mantido por ter se mostrado “particularmente frutífero” no passado, funcionando como um “princípio de número zero” (CALDWELL, 1991: 20). Além de também ser, em essência, um estratagema imunizante, o princípio assim entendido entra em choque com o radical anti-indutivismo de Popper, uma vez que não haveria quaisquer razões estritamente lógicas para sustentar que a metodologia empregada frutiferamente no passado continuará a mostrar-se tão boa no futuro.

Vale lembrar que Caldwell (1991) consegue mostrar que todas as interpretações encontram respaldo em diferentes trechos da obra de Popper, o que evidenciaria a forma relativamente frouxa com que esse autor vale-se do conceito de racionalidade, sem algo que o amarrasse de forma consistente com suas demais idéias. Caldwell elabora uma solução para esse aparente conflito entre o “Popper falsificacionista” e o “Popper das ciências sociais”⁵², a partir do que chama de “Racionalismo Crítico”.

B) Racionalismo crítico

⁵⁰ “universal law within the social sciences” (CALDWELL, 1991: 19)

⁵¹ De fato, bastaria a observação de uma situação na qual o agente – por exemplo, devido à presença de informação imperfeita – faz uma escolha inadequada, para se concluir que o princípio da racionalidade foi falseado. A questão então é o que fazer. O princípio da racionalidade deveria ser abandonado da mesma forma que uma lei é refutada?

⁵² Essa é uma distinção comum na literatura da metodologia econômica, referindo-se ao primeiro como “Popper N”, o Popper das Ciências Naturais, e ao segundo como “Popper S”, o Popper das Ciências Sociais”.

Caldwell sustenta que, como Popper não teria feito nenhuma menção aos problemas apresentados pelas interpretações anteriores, o “Racionalismo Crítico” poderia ser útil para sintetizar a essência da proposta metodológica de Popper para as ciências sociais, uma vez que também seria respaldada por outros trechos importantes de sua obra.

Segundo o autor, a crítica seria a origem da racionalidade de uma conjectura⁵³. O intérprete popperiano destaca algumas passagens do autor que acarreta uma mudança de enfoque em relação à interpretação mais comum⁵⁴. Primeiro, reassenta o falibilismo ao negar a existência de método à prova de erros para a descoberta científica ou que exista um método para a verificação da verdade das hipóteses científicas. A essência do método da ciência constituir-se-ia do criticismo, isto é, da abertura à crítica que devem ser intrínsecas às conjecturas. A ligação do racionalismo com falibilismo é direta: como não se pode ter certeza sobre a veracidade do conhecimento, é apenas a partir de uma postura e teorias críticas que se poderia auferir racionalidade a uma teoria. Deve-se, portanto, aceitar o caráter provisório do que se pretende saber. Em síntese, “Racionalismo Crítico está ligado ao uso crítico de argumentos racionais no contexto do falibilismo e do realismo crítico: isto é, no contexto onde nós procuramos o conhecimento verdadeiro mas admitimos que nosso conhecimento pode ser falso⁵⁵” (BOLAND, 1998: 87, tradução livre).

O falsificacionismo seria apenas um dos tipos de crítica que se pode fazer sobre uma determinada conjectura: a crítica empírica. “Em poucas palavras, ciência para Popper é um caso especial de diálogo socrático, a saber, onde aprendemos com a eliminação dos erros em resposta a crítica empírica. (...) Popper algumas vezes chama isso de Racionalismo Crítico.⁵⁶” (BOLAND, 1994: 157, tradução livre) Ciências que fossem empiricamente criticáveis deveriam ser constituídas de teorias falseáveis. Em algumas áreas do conhecimento, porém, a crítica empírica é mais difícil, em função dos problemas

⁵³ Segundo Boland (1998), em Aristóteles já seria possível encontrar a racionalidade vista a partir de uma perspectiva crítica.

⁵⁴ Muitas dessas passagens são referenciadas no *Postscript to the Logic of Scientific Discovery* (POPPER, 1982).

⁵⁵ “Critical rationalism is about the critical use of rational arguments in the context of fallibilism and critical realism: that is, in the context where we seek the true knowledge but we admit that our knowledge can be false.” (BOLAND, 1998: 87).

⁵⁶ “Briefly stated, science for Popper is a special case of Socratic dialogue, namely, one where we learn with the elimination of error in response to empirical criticism. (...) Popper sometimes calls this Critical Rationalism.” (BOLAND, 1994: 157)

relacionados ao caráter empírico dos enunciados. Nestes casos, como seriam os casos da economia e das demais ciências sociais, as teorias deveriam ser *críticas*.

Faz-se então uma analogia direta do falsificacionismo e do racionalismo crítico tal como entendido por Caldwell. Assim como condena teorias que não são falseáveis, “Popper lida de maneira severa com teorias que não são críticas; que não provocam críticas racionais⁵⁷” (CALDWELL, 1991: 23, tradução livre). A necessidade de haver regras metodológicas para complementar o caráter “científico” das teorias sujeitas à crítica empírica, é igualmente necessário para as ciências sociais: “Em adição a teorias críticas, Popper endossa a atitude crítica⁵⁸” (CALDWELL, 1991: 23, tradução livre). A analogia não se faria sentir apenas quanto ao objetivo destas propostas: enquanto no falsificacionismo estaria se buscando *demarcar* o que é ciência, o racionalismo crítico buscaria, segundo Caldwell, apenas expor as teorias a uma *quantidade ótima de crítica*.

O caráter metafísico das conjecturas não deveria evitar que estas fossem levadas à sério, desde que estejam abertas às críticas. As teorias deveriam ser avaliadas a respeito da sua capacidade de resolver os problemas, pois são esses o que realmente importam. A escolha entre as melhores teorias dar-se-ia analisando, entre as demais teorias, o quão melhor resolve os problemas sem criar outras grandes dificuldades.⁵⁹

Assim, o princípio da racionalidade na análise situacional serviria como um princípio metodológico, que, por convenção, não poderia ser criticado. Isso poderia ser frutífero na medida em que organizava o ambiente crítico. O princípio da racionalidade, embora falso, seria na maioria das vezes suficientemente próximo da verdade para, quando uma falseação de uma dada teoria ocorrer, as críticas se direcionassem para os elementos constituintes da situação. Sendo esta o que determina o comportamento individual (objetivo da lógica situacional), as críticas poderiam suscitar a uma melhor modelagem do problema, melhorando, paulatinamente, a determinação da ação do indivíduo. Marin e Fernández (2002: 13) colocam que, pela proposta de Caldwell,

⁵⁷ “Popper deals harshly with theories that are *not* criticizable; that do not provoke rational criticism.” (CALDWELL, 1991: 23)

⁵⁸ “In addition to criticizable theories, Popper endorses a critical attitude.” (CALDWELL, 1991: 23)

⁵⁹ Popper faria uma analogia do ambiente crítico com o evolucionismo de Darwin, outrora criticado por ele por não considerar a teoria falseável. As teorias sobreviveriam tal qual num processo de seleção natural regidas por um ambiente cuja pressão seletiva se dá através da crítica. Remanescerem as teorias que resistissem ao ambiente crítico, eliminando da ciência, assim, tanto a subjetividade quanto a não-neutralidade. Encontra-se a mesma estrutura lógica na “Teoria da Evolução Cultural” de F. Hayek, em Smith, Hume e Mandeville.

“A fixação de um princípio permite resultados então considerados científicos. Se tal princípio resultar num rico conteúdo, próprio para a testabilidade, a falsificação e a refutabilidade, pode ser prontamente aceito como racional. Porém, este racional não é obtido dos dados observáveis e experimentáveis (do indutivismo), mas do racionalismo crítico.”

O racionalismo crítico é uma face relativamente menos conhecida de Popper, tendo sido – até recentemente – pouco influente na difusão das idéias popperianas entre os economistas, embora, conforme sustente Caldwell, suavize a tensão latente entre o falsificacionismo e a lógica situacional. O intérprete ora em análise, porém, faz questão de enfatizar que o método sob as diretrizes da lógica situacional tal qual aqui exposta não deve ser considerado o único para a economia, uma vez que diversos fenômenos sociais não são explicáveis através de escolhas racionais entre agentes.

C) Contrastes gerais com o falsificacionismo de Blaug

A interpretação de Bruce Caldwell difere bastante daquela usualmente atribuída a Popper. Sua aceitação de uma metodologia plural, não centrada apenas no que considera ser a interpretação mais adequada de Popper, já é uma importante diferença da posição defendida por Blaug, a mais popular entre os popperianos. A crítica substitui o falsificacionismo como origem da racionalidade do conhecimento, abrindo espaço para que teorias fora do espectro científico mereçam também ser levadas a sério.

O progresso do conhecimento, via conjecturas que, abertas às críticas, podem ser refutadas via crítica (falsificacionista ou não), são análogas em ambas as interpretações. O lançamento de novas conjecturas sobre os elementos constituintes da situação seriam equivalentes à formulação de teorias mais arriscadas do que as anteriormente refutadas. Ambas são essencialmente iguais.

Em termos descritivos, Blaug reconhece que, embora o discurso falsificacionista na economia neoclássica fosse bastante forte, a prática do método não era tão comum. Reitera apenas que houvesse quem praticasse o falsificacionismo e que o progresso empírico que alguns programas de pesquisa alcançaram foi por esse caminho. Para Caldwell, Popper é de grande serventia para descrever a metodologia empregada pela microeconomia neoclássica. A lógica situacional, em economia, se materializava

principalmente nos modelos microeconômicos, embora houvesse a possibilidade (mas não necessariamente necessidade) de ser aplicadas em outras áreas.

A recomendação última de Blaug é bastante direta: os economistas deveriam tentar com mais afínco praticar o falsificacionismo, o único método, segundo o autor, apropriado para a economia. Com relação às escolas alternativas à neoclássica, sugere também que passem a direcionar-se para o conjunto de questões abordadas pela escola neoclássica, de forma que a comparação entre as diferentes vertentes de pensamento pudesse ser feita de forma mais objetiva. Caldwell, por sua vez, não tem a pretensão de dizer qual a metodologia apropriada para toda a ciência econômica. No âmbito que a lógica situacional descreve (no caso, a microeconomia neoclássica), sugere que o princípio da racionalidade permaneça imune ao escrutínio, de forma a direcionar os esforços para a crítica e refinamento do que chama de “situação”.

Pode-se dizer que a interpretação apresentada nessa seção foi uma das últimas tentativas de salvar Popper enquanto um cânone da metodologia econômica. Após um período de discussão do artigo de Caldwell e a relativa salva-guarda auferida pelo trabalho, Popper perde lugar de destaque no âmago da discussão da metodologia econômica entre especialistas na área. Sua relativa marginalização compõe assunto do capítulo que segue.

III CRÍTICAS À METODOLOGIA POPPERIANA

A influência de Popper no campo da filosofia da ciência foi enorme. O mesmo pode-se dizer em relação às metodologias específicas a cada ciência, e com a econômica não foi diferente. Todavia, tão numerosos quantos seus adeptos, são seus críticos. Principalmente a partir da obra de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, em 1962, toda a forma como os filósofos da visão adquirida⁶⁰ e Popper foi sensivelmente alterada. Como destaca Godfrey-Smith (2003:75, tradução livre):

“Uma maneira comum de descrever a importância do trabalho Kuhn é falar que ele despedaçou mitos tradicionais a respeito da ciência, especialmente mitos empíricos. Kuhn mostrou, nessa visão, que na verdade o comportamento científico tem pouca correspondência com as tradicionais teorias filosóficas da racionalidade e do conhecimento.”⁶¹

Mesmo Popper, apesar de levar questões metafísicas, metodológicas e aspectos não-testáveis da ciência a sério, ofereceu uma análise descontextualizada com relação à sociologia da ciência. A verdadeira revolução na filosofia da ciência engendrada a partir de Kuhn, aliada às dificuldades intrínsecas em adequar quaisquer das interpretações de Popper à prática da economia, são as principais responsáveis pela marginalização recente de Popper no debate interno entre especialistas no campo da metodologia econômica.

No presente capítulo, serão examinadas as principais críticas dentro do campo da filosofia na ciência e da metodologia econômica⁶², que se defrontarão com as argumentações relacionadas ao popperianismo. Isso significa dizer que independente do que se considere o “Popper Real”⁶³, as críticas analisadas são as que estão direcionadas

⁶⁰ Mark Blaug (1999 [1980]: 342) define a visão adquirida da seguinte forma: “Padrão de pensamento dominante na filosofia da ciência entre as duas grandes guerras que enfatizava a estrutura formal das teorias científicas e considerava a física como o protótipo de toda a ciência.”

⁶¹ “A common way of describing the importance of Kuhn’s work is to say that he shattered traditional myths about science, especially empiricist myths. Kuhn showed, on this view, that actual scientific behaviour has little to do with traditional philosophical theories of rationality and knowledge.” (GODFREY-SMITH, 2003:75)

⁶² A separação proposta é meramente organizacional, uma vez que as críticas no campo da filosofia da ciência repercutem diretamente na metodologia econômica.

⁶³ O presente trabalho não pretende avaliar qual interpretação de Popper é a que melhor corresponde à do filósofo. Ou seja, a intenção é constituir uma avaliação crítica dos argumentos ditos popperianos.

às preposições derivadas diretamente, mesmo que de forma indevida, da obra do filósofo.

3.1 Críticas na Filosofia da Ciência

A) A tese de Duhem-Quine e a não-neutralidade da observação

Tal como expresso no primeiro capítulo, o “holismo do teste” e o “Problema da Base Empírica” recebem atenção de Popper. Porquanto não é suficientemente clara (ou satisfatória) a forma como a metodologia prescrita pelo autor lida com essas questões, ambos os problemas continuam a ser invocados como crítica ao falsificacionismo. Na literatura crítica, são sutis as diferenças de ataque a esses 2 pontos, fazendo-se necessário uma elucidação.

Primeiro diz respeito à tese de Duhem-Quine, já discutida no capítulo 1. Segundo Hands (2001:96, tradução livre), esta tese pode ser sumarizada da seguinte forma:

“visando à condução de um teste empírico, várias hipóteses auxiliares precisam ser assumidas – hipóteses auxiliares sobre a evidência empírica, a técnica do teste, os valores das constantes, as condições de limite, o papel da *ceteris paribus*, e uma série de outras assunções e restrições – e quando se acha uma evidência contraditória, não é claro se o problema é com uma (ou várias) dessas hipóteses auxiliares ou com a própria teoria⁶⁴”

Alguns autores, como o próprio Wade Hands, desagregam o conceito de forma a subdividi-lo em dois: a tese de Duhem-Quine faria referência apenas ao conjunto puramente teórico que está sendo tomado como hipóteses auxiliares. Diferentemente, embora próximo, seria a questão da subjetividade intrínseca à evidência em si⁶⁵. Se não se tem critérios objetivos acerca das consequências de uma evidência falseadora, a decisão de refutar uma teoria torna-se, em última análise, arbitrária ou baseada em convenções não justificáveis de forma inteiramente racional.

⁶⁴ “In order to conduct an empirical test, a number of auxiliary hypotheses must be made – auxiliary hypotheses about the empirical evidence, the testing technique, the values of constants, the boundary conditions, the role of *ceteris paribus*, and a host of other assumptions and restrictions – and when contradictory evidence is found it is not clear whether the problem is with one (or many) of these auxiliary hypotheses or the theory itself.” (HANDS, 2001:96)

⁶⁵ Tal distinção não é feita por Quine, que abarca ambos os conceitos sob o mesmo termo, “holismo”. Além de “holismo”, outros filósofos usam a “Tese de Duhem-Quine” também de forma indistinta.

O conceito de “paradigma”, da forma como trazido ao debate a partir da obra de Thomas Kuhn, traz também problema à observação empírica. “Paradigma”, da forma como aqui é usada⁶⁶, refere-se a todo o conjunto de concepções ontológicas inerentes à visão de mundo e ciência de determinado cientista. As observações empíricas não são neutras: elas dependem do paradigma de quem as observa: “Para Kuhn, os cientistas não apenas ‘vêm’, eles ‘vêm como’, e é o paradigma, suas estruturas conceituais comuns, que determina o que é visto como o que.”⁶⁷ (HANDS, 2001: 103, tradução livre). Ou seja, a forma como o mundo é concebido e organizado, depende do paradigma de cada grupo de cientistas.⁶⁸

A defesa de Popper frente às críticas colocadas em relação ao holismo do teste e à não-neutralidade da observação, se sustentam, conforme expresso no capítulo 1, a partir da desatribuição de relevância das mesmas, principalmente frente ao suposto consenso dos cientistas sobre quais as hipóteses que estão sendo testadas. Tal como asserta Godfrey-Smith (2003), isso deslocaria a metodologia popperiana de descrição de como as teorias devem ser, para como o comportamento científico deve ser. Isso poderia ser considerado um reposicionamento da epistemologia falsificacionista, o que ao menos inicialmente não estaria de acordo com as intenções de Popper.

B) O problema da crítica radical à indução e incomensurabilidade entre paradigmas

Tal como coloca Godfrey-Smith (2003: 68), existe certa dúvida se o que Popper denota como “corroborar” é essencialmente diferente do que se entende por “verificar”. “Popper superdimensiona essa assimetria [entre falsificação e verificação].”⁶⁹ (HAUSMAN, 1994 [1992]: 175, tradução livre). Da crítica popperiana radical à indução, segue que o verificacionismo é totalmente inaceitável, pois não haveria qualquer argumento logicamente válido para se crer que teorias verificadas no passado,

⁶⁶ Existe uma outra forma bastante comum de entender o termo, referindo-se aos procedimentos-modelo que são usados como referência para o restante da “comunidade científica”.

⁶⁷ “For Kuhn scientist do not just ‘see’, they ‘see as’, and it is the paradigm, their shared conceptual framework, that determines what is seen as what.” (HANDS, 2001: 103)

⁶⁸ Vale destacar que o argumento deriva do controvertido capítulo X da “Estrutura das Revoluções Científicas”, de Thomas Kuhn. Não é consenso, porém, se este autor quer dizer que o mundo em si é diferente ou se apenas como se vê o mundo depende do paradigma. Ambas as argumentações poderiam ser entendidas como crítica à neutralidade da observação, embora a primeira forma seja considerada um relativismo exagerado de sua posição.

⁶⁹ “Popper makes too much of this asymmetry” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 175)

continuariam a ser no futuro. Ora, o falibilismo da forma como colocado por Popper também não garante a verdade das teorias científicas, fazendo com que sempre seja possível que, no futuro, venham a ser falseadas. Assim, dada à incerteza intrínseca à verdade das teorias, como escolher entre as teorias concorrentes? O grau de corroboração da forma como oferecido por Popper seria igualmente subjetivo, dado seu caráter necessariamente qualitativo. Nesta forma de comparar as teorias, as evidências que não refutam a teorias corroboram com a mesma, mas, tal qual no verificacionismo, o falsificacionismo dependeria igualmente do acúmulo de observações para separar as melhores das piores teorias. Claro que o critério popperiano é mais sofisticado, principalmente através da recomendação que as teorias devem se expor a riscos, mas, conforme Godfrey-Smith (2003), pairam dúvidas quanto a clareza da linha separatória entre “corroboração” e “confirmação”.

Supondo que se quer construir uma ponte. À disposição encontram-se, hipoteticamente, uma teoria largamente utilizada no passado, tendo servido de base à construção de outras pontes ainda em pé, e outra recém-desenvolvida, que, embora com mais falseadores potenciais, não foi ainda refutada. As prescrições popperianas não oferecem um bom guia para esta escolha, pois é relativamente consensual que tanto engenheiros quanto cientistas recomendarão a que foi mais testada no passado. Sob uma perspectiva falsificacionista, ambas as teorias não foram refutadas, ficando difícil justificar o apelo à primeira teoria sem recorrer à indução tal qual implicitamente feito pelos engenheiros e cientistas hipotéticos.

O critério popperiano de “grau de corroboração” também pode ser atacado sob uma perspectiva kuhniana. Pois ao considerar que as teorias científicas não raras vezes são partes constituintes dos próprios paradigmas, elas seriam impossíveis de ser confrontadas com outra inserida num paradigma rival a partir de um critério objetivo de comparação. É o que Kuhn chama de “incomensurabilidade dos paradigmas”: apesar da *comparação* entre teorias ser possível, dizer que um paradigma é melhor do que outro só faria sentido numa discussão interna de um dado paradigma. Haveria duas razões principais para isso (GODFREY-SMITH, 2003: 91-92):

- 1) Pessoas em diferentes paradigmas não serão aptas a se comunicar perfeitamente entre si: serão usados termos-chaves em sentidos

substancialmente discrepantes a ponto de constituir duas linguagens diferentes.⁷⁰

- 2) Mesmo quando a comunicação é possível, pessoas em diferentes paradigmas usarão padrões de evidência e argumentação muito diferentes.

Assim, teorias em paradigmas rivais estariam impossibilitadas de serem confrontadas entre si num debate via “grau de corroboração”. É importante notar que a própria crítica aborda a questão de uma forma diferente da de Popper. Enquanto este enfoca muitas vezes nas características que a teoria deve ter visando a melhor determinar seu grau de corroboração (argumento que seria derivado da lógica-dedutiva), o argumento kuhniano tem por base questões também ligados à sociologia do conhecimento.

C) O problema de demarcação

O critério de demarcação tal como aparece no popperianismo assume duas formas, sendo aplicado às teorias científicas ou às *práticas e comportamentos* dos cientistas.

A primeira, a partir do falsificacionismo, implica, conforme já explorado no primeiro capítulo, que as teorias pretensamente científicas devem ser falseáveis. O argumento recai sobre as características das teorias em si. A partir das críticas subjacentes à dificuldade do falsificacionismo, tal qual explorado acima, o critério de demarcação popperiano poderia ser mais bem definido como um conjunto de práticas distintivas entre científicas e não-científicas. Ambas as posições podem ser atribuídas a Popper, uma vez que, conforme Hausman (1994 [1992]: 174), é possível encontrar defesas de ambas as posições em sua literatura.

Relacionado à primeira posição, está a determinação de que as teorias para serem científicas devem ser logicamente falseáveis. A partir do holismo do teste: se T é a teoria em questão, A o conjunto de hipóteses auxiliares (inclusive as subjacentes ao

⁷⁰ Pode-se relativizar esse ponto, conforme Hausman (1994: 198): “The story is clearly exaggerated: communication across paradigms is possible, though it is more difficult than communication between those who share the same paradigm.”

teste em si) e “e” a evidência empírica, tem-se que $T \wedge A \rightarrow e$. Porém, $\sim e \rightarrow \sim(T \wedge A)$, ao invés de apenas implicar $\sim T$.⁷¹ Assim, tomadas em conjunto, nenhuma teoria é logicamente falseável, fazendo desse critério demasiadamente exigente: “Se enunciados ou teorias podem ser vistos como científicos somente se forem logicamente falseáveis, toda ciência não-trivial não é ciência. O critério de demarcação que exige que teorias científicas precisam ser individualmente falseáveis, exigem demais.”⁷² (HAUSMAN, 1994 [1992]: 178, tradução livre)⁷³.

Por outro lado, caso relaxe-se a prescrição, passando a entender que é a teoria como um todo que deve ser logicamente falseável (no caso, bastaria que “ $T \wedge A$ ” fosse passível de falseamento), haveria pouco para distinguir a ciência da pseudo-ciência, pois praticamente nada deixaria de ser considerado científico. Mesmo as teorias de Freud, tão criticadas por Popper por não serem falseáveis, não teriam problema em se enquadrarem na lógica popperiana. “O que incomoda Popper acerca das teorias freudianas é mais que as falseações lógicas não são tomadas pelos analistas como evidência contra as teorias.”⁷⁴ (HAUSMAN, 1994 [1992]: 179, tradução livre). Hausman (1994 [1992]: 179, tradução livre) conclui então que “O critério de demarcação, que requer apenas que o sistema de teste como um todo seja logicamente falseável, exige muito pouco.”⁷⁵

No que cerne à segunda posição, a concepção popperiana de demarcação é coerente (embora vaga) quando diz que o comportamento científico é caracterizado pela atitude crítica do mesmo frente à própria ciência. Quando se especifica mais a posição, porém, o argumento popperiano de que há relativo consenso sobre qual teoria está sendo testada, parte do pressuposto de que o conhecimento de fundo (*background knowledge*) é firme e seguro. A questão que segue é um problema de inconsistência interna, pois o mesmo problema atribuído por Popper aos enunciados básicos da doutrina

⁷¹ O sinal “ \wedge ” é o símbolo lógico para “e/ou”

⁷² “If statements or theories can be regarded as scientific only if they are logically falsifiable, all non-trivial science is not science at all. The criterion of demarcation that demands that scientific theories must be individually falsifiable demands too much.” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 178)

⁷³ Logo antes, o autor é ainda mais enfático (HAUSMAN, 1994 [1992]: 177): “But scientific theories are not logically falsifiable”. E continua, dando o exemplo de teorias probabilísticas (muito comuns na física quântica): “Statistical and probabilistic claims are obviously not logically falsifiable. Even a million heads in a row does not logically falsify the claim that a particular coin is unbiased.” (1994 [1992]: 177).

⁷⁴ “What bothers Popper about Freud’s theories is rather that the logical falsifications are not taken by analysts as evidence against the theories” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 179)

⁷⁵ “The criterion of demarcation, that requires only that whole test systems be logically falsifiable demands too little.” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 179)

verificacionista são aplicados ao “conhecimento de fundo”. Ao justificar a validade desses conhecimentos, há de se recair numa mesma argumentação baseada no conhecimento prévio, levando a uma condição de regresso infinito. Assim, a metodologia falsificacionista sucumbiria frente à mesma questão que inicialmente acreditava superar: o problema da indução.

Conforme Hausman (1994 [1992]), a resposta popperiana a esse problema é a substituição da “verificação” pela “decisão”. Embora formalmente correta, isso apenas desloca o problema para justificar a decisão, incorrendo em problemas de arbitrariedade dos critérios ou voltando aos mesmos inicialmente postos.

D) Crítica à concepção popperiana de abertura à crítica

Grande parte da defesa da metodologia popperiana consiste no endossar da permanente abertura crítica do cientista (ou da comunidade científica) face às suas próprias teorias. O argumento, embora comumente colocado como prescritivo, também se propõe descritivo do comportamento de alguns cientistas: aqueles que estão de acordo com a boa prática científica. Thomas Kuhn negaria ambos os caracteres⁷⁶ (GODFREY-SMITH, 2003: 78).

Com relação ao argumento enquanto característica descritiva, o crítico coloca que a ciência é mais bem caracterizada pelo apego ferrenho que os cientistas têm pelas suas concepções ontológicas. Durante a “ciência normal”⁷⁷, isto é, “trabalho científico dentro de um determinado paradigma.”^{78,79} (HANDS, 2001: 101, tradução livre), há aceitação consensual das teorias que compõem o “paradigma”. As teorias que compõem o paradigma da comunidade científica são imunes à críticas alheias e próprias, mesmo

⁷⁶ Não há consenso se Kuhn nega o caráter prescritivo da abertura crítica, embora essa suposta negação possa constituir-se também enquanto crítica à metodologia popperiana.

⁷⁷ Kuhn (1996 [1962]) distingue dois tipos de ciência, a “ciência normal”, tal como aqui exposta e a “ciência revolucionária”, período em que não há consenso mais em torno de um paradigma, quando há emergência de outro concorrente (o exemplo clássico é a substituição do paradigma newtoniano pela física relativista de Einstein).

⁷⁸ ^{78,79} “scientific work *within* a given paradigm”⁷⁸ (HANDS, 2001: 101)

⁷⁹ Entendido da forma como anteriormente explicado.

no caso dos mais renomados cientistas. Há grande resistência para abandonar essas teorias, devido a aspectos culturais ligados à comunidade científica.

O popperianismo consideraria esse tipo de comportamento como indesejável. Fazendo frente a essa consideração, o argumento kuhniano coloca que encerrar os debates sobre os pontos fundamentais de um paradigma permite com que se avance dentro de um campo científico em direção a um maior detalhamento e entendimento dos fenômenos subjacentes às ciências (GODFREY-SMITH, 2001: 81, tradução livre):

“Kuhn dá grande ênfase ao papel de forjador de consenso dos paradigmas. Ele argumenta que sem ele, não há chance de cientistas alcançarem uma compreensão realmente detalhada e profunda do entendimento de fenômenos. Trabalho detalhado e descobertas reveladoras requerem cooperação e consenso. Cooperação e consenso requerem suspensão do debate acerca de fundamentos.⁸⁰”

E) A concepção linear do desenvolvimento científico

A descrição do bom comportamento científico através de Popper se dá pelo lançamento de conjecturas, que, expostas a críticas, sofreriam tentativas de refutações. Quando há sucesso em refutar determinada teorias, lança-se uma nova conjectura, mais arriscada e que desse conta das críticas à anterior, abrindo espaço para o avanço da ciência. A noção descritiva da história da ciência de Kuhn difere radicalmente daquela que serve de base ao popperianismo.

A importância do trabalho de Thomas Kuhn para toda a filosofia da ciência é brutal, conforme Hands (2001: 101, tradução livre):

“Esse livro [A Estrutura das Revoluções Científicas] não apenas ajudou a fechar a porta da Visão Adquirida⁸¹, como também iniciou uma profunda mudança na relação entre história e filosofia da ciência, ajudou a criar o campo da sociologia

⁸⁰ “Kuhn places great emphasis on this ‘consensus-forging’ role of paradigms. He argues that without it, there is no chance for scientists to achieve a really detailed and deep understanding of phenomena. Detailed work and revealing discoveries require cooperation and consensus. Cooperation and consensus requires closing off debate about fundamentals.” (GODFREY-SMITH, 2001: 81)

⁸¹ Popper, embora afirme ser crítico da visão lógico-positivista (comumente enquadrada na visão adquirida), aborda os problemas da filosofia da ciência de forma similar. O trabalho do filósofo, salvo a importante noção falibilista de verdade científica, dificilmente pode ser considerado uma ruptura com as questões da visão adquirida.

contemporânea do conhecimento científico, e fez de ‘paradigma’ vocábulo usual no meio acadêmico.⁸²”

Assim, vale a pena compreender o posicionamento crítico frente ao modelo descritivo de conjecturas e refutações a partir da compreensão da descrição da história da ciência sob uma perspectiva kuhniana.

Dois tipos de prática da ciência são comumente identificados: a ciência normal e a ciência revolucionária⁸³. Em cada uma dessas práticas, a forma como o avanço científico ocorre é radicalmente diferente do ciclo de conjecturas e refutações oferecido por Popper.

A “ciência normal”, conforme definida anteriormente, ocorre quando há consenso em torno de um determinado paradigma. Assim, não há debate crítico quanto aos seus fundamentos. As teorias que servem de base ao paradigma, são tidas como seguras e imunes às críticas. Os eventos empíricos que contrariam as previsões dessas teorias são incapazes de afetar o paradigma. Isso porque a comunidade científica enxerga que, dado o holismo do teste empírico, é praticamente certo que o problema resida em alguma outra das hipóteses auxiliares. Antes de considerar a teoria refutada, questionarão a qualidade do teste, o laboratório no qual este decorreu e até a capacidade do cientista em si. A “anomalia” é o evento empírico inconsistente com o paradigma. “se um cientista estivesse para descobrir uma ‘anomalia’, um resultado empírico que parecia inconsistente com o paradigma reinante, era geralmente o cientista, e/ou seu laboratório, que era indiciado, não o paradigma em si.”⁸⁴ (HANDS, 2001: 102, tradução livre). Neste tipo de prática científica, o avanço se dá de forma lenta e, até certo ponto, gradual.

O repetido acúmulo de “anomalias”, porém, pode dar início à chamada “ciência revolucionária”, quando se instaura crise na ciência a partir do questionamento do

⁸² “This book not only helped close the door on Received View, it also initiated a profound change in the relationship between the history and the philosophy of science, helped to create a field of contemporary sociology of scientific knowledge, and made ‘paradigm’ an academic household word.” (HANDS, 2001: 101)

⁸³ Há ainda a ciência pré-paradigmática, desorganizada por não haver um paradigma que a direcione nem problemas suficientemente bem definidos para confrontar. Esse conceito, embora importante, não é essencial para a compreensão da crítica ao popperianismo.

⁸⁴ “if a scientist were to discover an ‘anomaly’, an empirical result that seemed to be inconsistent with the reigning paradigm, it was generally the scientist, and/or his/her laboratory, that was indicted, not the paradigm itself.” (HANDS, 2001: 102)

próprio paradigma⁸⁵. A comunidade científica passa a se voltar para a elaboração de soluções inovadoras, formulando teorias inventivas que passem a dar conta das anomalias. Quando uma teoria consegue, ela passa a ser um novo “paradigma”⁸⁶. Assim, de forma inconstante, a comunidade científica migra de paradigma⁸⁷.

Segundo o pensamento de Kuhn, é principalmente através da ciência revolucionária que o avanço científico ocorre. Aqui se encontra talvez a mais importante diferença em relação ao popperianismo: enquanto neste o avanço científico se dá de forma linear⁸⁸, em Kuhn, a ciência avança principalmente em saltos, de forma não-linear:

“O que Kuhn descobriu, mais que um processo de desenvolvimento incremental onde o conhecimento científico crescia lentamente através da constante acumulação de evidência empírica e generalização indutiva (ou a corroboração de conjecturas potencialmente falseáveis), era que o verdadeiro desenvolvimento da grande ciência tinha ocorrido através de séries de transformações substantivas e revolucionárias onde a antiga teoria científica aceita era totalmente abandonada e substituída por uma estrutura teórica ou ‘paradigma’ completamente diferentes.”⁸⁹ (HANDS, 2001: 101, tradução livre).

Um aspecto importante da linearidade do progresso da ciência a partir da perspectiva popperiana do racionalismo crítico encontra um obstáculo importante no que tange às ciências sociais. O autor entende que a neutralidade do sistema científico caminha junto com a objetividade almejada. Embora aceite, conforme anteriormente citado, que os cientistas individuais são, em vias de regra, influenciados pela sua posição social e valores pessoais, acredita que esses obstáculos sejam superados pela contínua exposição de suas teorias a um ambiente de críticas, o que seria suficiente para fazer das ciências sociais tão neutras quanto as naturais. O argumento, porém, mostra-se incompleto, pois, na medida em que se considera que as críticas também refletem visões

⁸⁵ Uma idéia controversa de Kuhn, que não será explorada aqui, é a impossibilidade de existência paralela de múltiplos paradigmas concorrentes no mesmo campo da ciência.

⁸⁶ Aqui “paradigma” deve ser entendido de forma diferente como vinha sendo usada: como procedimento que servirá de referência para os demais cientistas.

⁸⁷ Essa conversão acontece de maneira diferente entre os indivíduos, podendo muitas vezes ser através de uma súbita conversão ou através apenas do passar de gerações dos cientistas

⁸⁸ Ou quase-linear, uma vez que abre espaço para revoluções, porém sempre de forma ordenada e inserida no ciclo de conjecturas e refutações.

⁸⁹ “What Kuhn found, rather than a process of incremental development where scientific knowledge grew slowly through the steady accumulation of empirical evidence and inductive generalization (or the corroboration of potentially falsifiable conjectures), was that the actual development of great science had occurred through a series of substantive revolutionary transformations where the old accepted scientific theory was totally abandoned and replaced by an entirely different theoretical framework or ‘paradigm’.” (HANDS, 2001: 101).

parciais individuais, o ambiente crítico não se constitui como perfeitamente neutro sem recorrer a condições de regresso infinito. Assim, a suposta neutralidade da ciência como um todo só poderia emergir desse processo através da “sorte” e sua aceitação só poderia se justificar como um “ato de fé”.

F) Críticas à lógica axiomática e ao método hipotético-dedutivo

Um terreno fértil para contestação do popperianismo decorre do próprio método de investigação inerente à tradição positivista. A objetividade conceitual é concepção firme desta filosofia, encontrando entre seus ancestrais⁹⁰ o remoto (mas ainda influente) pensamento de Comte. A redução da complexidade do objeto em conceitos claros e delimitados (axiomatização) seria condição necessária para operar uma lógica dedutiva e pretensamente unívoca (GANEM, 2010: 15-16). O popperianismo não apenas faz largo uso deste preceito analítico, como o tem também como meta: o próprio critério de demarcação é uma tentativa de delimitar o objeto “ciência”.

Essa abordagem faria escapar o que constitui elementos imprescindíveis à análise. Ambigüidade, valores e mutabilidade, por exemplo, são em si mesmo atributos de extrema relevância, embora irredutíveis em símbolos lógicos ou matemáticos. Constituem elementos diferenciadores daquilo que se está em debate, do que é analisado. Ganem (2010: 16) argumenta que

“Entretanto, a elegância do refinamento matemático não dissipa a suspeita de que ocorre uma conversão da ciência em técnica, minando o seu próprio conceito. Entre perplexo e provocativo, Adorno pergunta como pode Carnap, um dos positivistas mais radicais, denominar de ‘afortunado acaso’ a constatação de que as leis da lógica e da matemática pura se aplicam a realidade? ‘Acaso’, lembra ele, não deixa de ser um conceito mítico.”

Ou seja, ignorar aquilo que provê unicidade ao objeto, é deixar de lado a complexidade do mundo por motivos meramente convencionais à explicação

O popperianismo estaria limitado pela impossibilidade da lógica axiomática dar conta da essência multidimensional e complexa da sociedade. A compreensão crítica do objeto é que permitiria pretensão à verdade, não o método de análise. “A crítica permeia

⁹⁰ Pode-se dizer que essa questão encontra suas raízes mais profundas no embate pré-socrático entre Parmênides (do qual Popper se diz devoto) e Heráclito de Éfeso sobre a questão do ser.

todo o processo de conhecimento e não se traduz num elemento que põe em questão uma hipótese explicativa.” (GANEM, 2010: 22).

3.2 Críticas na Metodologia Econômica

As críticas inseridas na seção anterior são de vital importância no debate da metodologia econômica. Alguns autores que as formulam são, inclusive, economistas de formação. A proposta da seção que se inicia é abordar as críticas às questões diretamente tratadas no segundo capítulo do presente trabalho.

A) Críticas ao falsificacionismo de Mark Blaug

A vertente popperiana exemplificada no presente trabalho a partir da obra de Mark Blaug coloca que o falsificacionismo, enquanto conjunto de regras metodológicas necessárias à prática do “método empírico”, é relativamente marginalizado pelos economistas. A prática científica na economia seria, então, caracterizada como o que o intérprete chama de “falsificacionismo inócuo”. Ou seja, embora a economia oferecesse todo um instrumental de análise empírica (via econometria), e embora o discurso neo-clássico prescrevesse o falsificacionismo a partir da previsão, dentro da prática corrente dos economistas seria razoavelmente difícil encontrar quem agisse de acordo com tal prática (embora houvesse). Essa separação entre o discurso e a prática seria, ainda segundo Blaug, seriamente prejudicial à ciência econômica, sendo motivada meramente pela falta de esforço dos economistas ou até por pressões institucionais do tipo “publicar ou perecer”.

Um dos grandes apelos do popperianismo falsificacionista de Blaug, mais do que a lógica trazida pela mesma, seria, segundo Wade Hands (2001), a possibilidade de, com um critério pretensamente simples, desqualificar teorias rivais como científicas. Assim, o falsificacionismo inócuo que Blaug atribui à metodologia econômica seria de fato inócuo porque “grande parte dos falsificacionistas são popperianos pelas razões

erradas.⁹¹” (HANDS, 2001: 280, tradução livre). Uma leitura acerca dos trabalhos menos antigos do autor levaria a uma percepção menos ingênua a respeito da simplicidade e objetividade do critério de demarcação.

Daniel Hausman (1994 [1992]), entre outros, argumenta que o “falsificacionismo inócuo” provavelmente não seria justificado pelo desleixo dos economistas vis-à-vis às supostas melhores práticas metodológicas na economia, e sim pelas características da ciência econômica que impelem dificuldades incontornáveis para se atender às exigências do falsificacionismo tal como proposto: “Poucas afirmações teóricas, em economia, tomadas isoladamente, são logicamente falseáveis, mas não trata-se de um defeito, uma vez que o falseamento lógico de teorias individuais é exigir demais.”⁹² (HAUSMAN, 1994 [1992]: 179, tradução livre).

Da forma como entende Blaug, o falsificacionismo enquanto método hipotético-dedutivo, depende majoritariamente da econometria para a realização dos testes (independente se os têm como experimentos controlados ou simples observação). Hausman (1994 [1992]) coloca que o grande problema em aplicar esse método reside exatamente na confiabilidade dos dados empíricos e acrescenta que: “Dada a multiplicidade de ‘causas perturbadoras’ em economia e a dificuldade de performar experimentos controlados para eliminá-las, parece que pouco pode ser apreendido pela experiência.”⁹³ (HAUSMAN, 1994: 305, tradução livre). Uma regressão hipotética que vá contra a lei da oferta e da procura dificilmente terá alguma serventia para refutá-la, por mais sofisticadas que tenham sido suas técnicas de análise. Hands (2008 [1993]) argumenta, ainda, que esses problemas, aliados às dificuldades de comparabilidade estatística da econometria, outorgam às teorias um diminuto conteúdo empírico. Como contornar as dificuldades em lidar com a empírica não seria, então, tão trivial quanto Blaug faz crer.

O problema de Duhem-Quine traz dificuldades extras para o falsificacionismo na economia. O método necessitaria de uma série de hipóteses simplificadoras para

⁹¹ “most falsificationist are Popperians for the wrong reasons” (HANDS, 2001: 280)

⁹² “Few theoretical claims in economics are by themselves logically falsifiable, but this is no fault, for logical falsifiability of individual theories is too much to demand.” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 179)

⁹³ “Given the multitude of “disturbing causes” in economics and the difficulty of performing controlled experiments to weed these out, it seems that little can be learned from experience.” (HAUSMAN, 1994: 305)

poder operar. Algumas dessas hipóteses na ciência econômica são necessariamente falsas, como as feitas sobre a complexidade do comportamento humano e a infinita divisibilidade de *commodities* (HANDS, 2008 [1993]; CALDWELL, 1991). Outras não são logicamente falseáveis, havendo ainda as que são logicamente falseáveis, mas praticamente não (HANDS, 2008 [1993]: 191). Se a falsificação pretende afastar as teorias que se revelem falsas, o uso dessas hipóteses levaria o falsificacionismo econômico à inconsistência.

Esses problemas característicos à ciência econômica infligem dúvidas quanto à necessidade alardeada das teorias apresentarem “progresso empírico”. Nem se pode substantiar a requisição do apego ao preditivismo, nem tampouco descrever o comportamento dos economistas por esta ótica. Afinal,

“Economistas estão muitas vezes preocupados em achar novas explicações para fatos bem conhecidos (não novos), ou, alternativamente, em explicar fenômenos conhecidos através de menos restrições teóricas. O que constitui ‘progresso’ em teoria econômica (ou o que deveria constituir progresso) é questão complexa e ainda em voga, mas, aparentemente, qualquer resposta adequada irá requerer padrões diferentes e possivelmente muito mais liberais que aqueles oferecidos pelo estrito falsificacionismo popperiano.”⁹⁴ (HANDS, 2008 [1993]: 193, tradução livre).

A redução do objetivo da ciência econômica em torno apenas da sua capacidade preditiva é desorientadora. Enquanto ciência social, sua capacidade preditiva é necessariamente baixa. A compreensão dos fenômenos que concernem às causas, condições e conseqüências da acumulação, produção e distribuição são, *per si*, proveitosas tanto em termos “positivos” quanto “normativos”. Não prover exata noção do que se sucederá, não impede de dizer que determinados padrões sócio-institucionais sejam nocivos, neutros ou benéficos à sociedade. A grande questão muitas vezes reside em compreender o estado presente da economia, o que não é de forma alguma trivial: o nível de complexidade subjacente à nossa sociedade é tal, que questões cruciais permanecem ocultas à simples observação pretensamente factual. Qualquer política econômica de caráter reformista, deve primeiro compreender o estado atual da situação que se deseja alterar.

⁹⁴ “Economists are often concerned with finding new explanations for well-known (non-novel) facts, or alternatively with explaining known phenomena by means of fewer theoretical restrictions. What constitutes ‘progress’ in economics theory (or what should constitute progress) is a complex and ongoing question, but is apparent that any suitable answer will require a different, and possibly much more liberal, set of standards than those offered by strict Popperian falsificationism.” (HANDS, 2008 [1993]: 193)

O apego incondicional ao falsificacionismo enquanto critério de demarcação ainda levaria inevitavelmente à constrangedora conclusão de que, ou a ciência econômica é empiricamente refutada, ou apenas consiste em teorias metafísicas que poderiam no máximo vir a ser usadas na construção de teorias de fato científicas (HAUSMAN, 1994 [1992]: 189).

Blaug caracteriza como inócuo o falsificacionismo pregado pelos economistas também porque sequer as teorias econômicas testadas não isoladamente, $(T \wedge A \rightarrow e)$, se colocam como preditivas. Mais uma vez, Hausman (1994 [1992]: 189-190) questiona se, mesmo por essa concepção metodológica, seria adequado atribuir o caráter inócuo do falsificacionismo ao “mau comportamento científico” dos economistas. O problema residiria no fato que o instrumental de análise empírica da economia não proveria testes suficientemente objetivos para desempenhar o papel pretendido por Blaug. Ou seja, os mesmos problemas de indeterminação do teste na economia se colocam, independente se o teste for pensado para servir de enunciado singular para uma teoria isoladamente ou para um sistema teórico como um todo.

O ignorar das regras metodológicas popperianas (ou seja, praticar a ciência econômica de forma diferente do suposto discurso falsificacionista), segundo Hausman, poderia ser mais bem justificado por dois motivos. Primeiro que não se poderia considerar um bom comportamento científico a adoção sistemática de testes sem haver boas razões para considerá-los, de fato, bons. Arbitrar que deve-se testar, ignorando as dificuldades intrínsecas de fazê-lo na economia seria, no mínimo, questionável. Segundo, que as questões levantadas por essa corrente sequer mostrar-se-iam relevantes:

“Mesmo se as regras popperianas para o procedimento científico estivessem livre das dificuldades discutidas acima, elas seriam de pouco valor para os economistas. Isto porque, dentro da filosofia popperiana de ciência, não há questões interessantes para se fazer a respeito da falseabilidade da teoria econômica.”⁹⁵ (HAUSMAN, 1994 [1992]: 188, tradução livre).

Assim, pedir que os economistas tornem-se de fato “bons cientistas”, praticando efetivamente o falsificacionismo teria um efeito inclusive nocivo à ciência econômica:

⁹⁵ “Even if Popper’s rules for scientific procedure were free of the difficulties discussed above, they would be of little value to economists. For within Popper’s philosophy of science, there are no interesting questions to be asked concerning the falsifiability of economic theory.” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 188).

“Requisições morais para ser bons cientistas não vão ajudar, e podem até atrapalhar: pois disfarça os principais problemas. A filosofia da ciência de Popper não permite que se coloque os principais problemas da avaliação de teorias na economia e não ajuda a resolvê-los.⁹⁶” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 191, tradução livre).

Advogar também que o falsificacionismo é a interpretação correta do método popperiano para a economia esbarra também numa inconsistência com a obra do autor. Embora tenha escrito pouco acerca das ciências sociais, quando o fez, ele enfatizaria principalmente que o método apropriado às ciências sociais seria aquele ligado à lógica situacional e ao racionalismo crítico (HANDS, 2001: 283).

B) Críticas ao racionalismo crítico e à lógica situacional de Caldwell

O trabalho de Caldwell, enquanto referência para o que se entende como o racionalismo crítico e a lógica situacional popperiana, é menos atacado do que a interpretação falsificacionista. Hausman, um ferrenho crítico de Popper, quando desqualifica o valor do falsificacionismo, suaviza o tom ao comentar a interpretação de Caldwell, qualificando-a como “uma visão mais simpática da aplicabilidade da filosofia da ciência de Popper na economia” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 188). Implicitamente, Hands também suaviza o racionalismo crítico ao considerá-la uma visão mais “contemporânea” de Popper (HANDS, 2001: 282). O próprio Caldwell rejeita o monismo metodológico, abrindo espaço para que haja outros métodos além da lógica situacional. O caráter vago e com pouco conteúdo⁹⁷ aparente da prescrição do intérprete parece, em linhas gerais, plausível e inofensivo:

“O melhor que alguém pode fazer é continuar sendo crítico, manter a mente aberta, e deixar com que a natureza dos problemas que se enfrenta dite os métodos de crítica empregados. Tentar especificar antecipadamente critérios de avaliação leva

⁹⁶ “Moral entreaty to be good scientists will not help, and it can even hurt; for it disguises the real problems. Popper’s philosophy of science does not permit one to pose the central problems of theory appraisal in economics and does not help to resolve them.” (HAUSMAN, 1994 [1992]: 191)

⁹⁷ Blaug (1994) também entende o racionalismo crítico como uma teoria “com muito pouco conteúdo”, comparando-a expressão “live a good life”. A falta de conteúdo seria uma inconsistência com as prescrições popperianas, fazendo com que essa interpretação não fosse, segundo Blaug, a mais adequada à filosofia de Popper.

ao escorregadio terreno do justificacionismo.⁹⁸” (CALDWELL, 1991: 27, tradução livre).

Isso posto, porém, não impede que o método apresentado incorra em graves problemas.

A primeira consideração a se fazer é que, da aceitação de que a lógica situacional é inconsistente com o falsificacionismo, tal como expresso anteriormente, emerge uma grave dificuldade com relação ao critério de demarcação de Popper: “ciências sociais baseadas na análise situacional e no princípio da racionalidade não se enquadram como ‘ciência’ com base no próprio critério (falsificacionista) popperiano de demarcação.⁹⁹” (HANDS, 2001: 284, tradução livre). Vale lembrar que o critério de demarcação a partir do falsificacionismo é o que introduz o filósofo na filosofia da ciência, servindo de base para todo método proposto e construindo, de fato, seu nome. O racionalismo crítico não provê nenhuma solução objetiva para esse problema surgido face ao critério de demarcação.

A lógica situacional trazida à tona por Caldwell (1991) fundamenta-se no princípio do individualismo metodológico. Isso quer dizer que as leis de explicação e causalidade buscadas para a compreensão da ciência (econômica) se dão na ordem do indivíduo. É a partir da análise do comportamento individual que se derivarão as mais amplas percepções e movimentos macroeconômicos. Análises históricas e sócio-institucionais, comumente usadas em abordagens heterodoxas, permanecem então, em vias de regra, à margem desse princípio. O individualismo metodológico na economia é “a insistência que leis explanatórias em economia relacionam-se a características de indivíduos humanos. As demandas do individualismo metodológico em economia são mais frouxas e menos detalhadas que as regras discutidas acima [sobre a vaga estrutura global e estratégia metodológica da economia neoclássica].¹⁰⁰” (HAUSMAN, 1994: 204, tradução livre). A definição do conceito é, conforme a citação, não tão bem

⁹⁸ “The best one can do is continually to be critical, to keep an open mind, and to let the nature of the problems one faces dictate the methods of criticism one employs. To attempt to specify criteria of assessment any further starts one down the slippery slope to justificationism.” (CALDWELL, 1991: 27)

⁹⁹ “social science based on Situational Analysis and the Rationality Principle does not seem to be ‘science’ at all on the basis of Popper’s own (falsificationist) demarcation criterion.” (HANDS, 2001: 284)

¹⁰⁰ “the insistence that explanatory laws in economics concern features of individual human beings. The demands of methodological individualism are looser and less detailed than the rules discussed above.” (HAUSMAN, 1994: 204)

amarrada, abrindo espaço, mais uma vez, para múltiplas interpretações. Apesar de se poder argumentar que esse princípio não está necessariamente ligado à racionalidade, na teoria neoclássica ambos os conceitos caminham juntos. Uma série de problemas deriva do apego irrestrito à racionalidade e ao princípio do individualismo metodológico, pois obrigam à toda explicação macroeconômica ser micro-fundamentada a partir desses conceitos. “A única justificativa para essas restrições é ter-se revelado frutífero insistir nelas. Eu, pessoalmente, estou pouco convencido que essas restrições metodológicas têm sido muito frutíferas.¹⁰¹” (HAUSMAN, 1994: 204, tradução livre).

O intérprete coloca que, como Popper nunca escreveu acerca da suposta contradição existente entre o falsificacionismo e o princípio da racionalidade, esse dilema poderia ser resolvido elevando o princípio para um princípio metodológico inviolável (ou lei universal). O trecho a seguir deixa latente a contradição:

“Popper, enquanto analista situacional, insiste que a lei universal das ciências sociais, embora falsa, não deve jamais ser rejeitada. Ao invés disso, a teoria na qual está sendo usada deve ser ajustada até que as ações do agente se mostrem condizentes com a lógica da situação.¹⁰²” (CALDWELL, 1991: 20, tradução livre).

Vale destacar que a solução oferecida por Caldwell, mesmo que pudesse ser considerada válida, não resolve a *ambigüidade* do termo “racional”. Ainda não se resolveria se os agentes racionais agirão como eles *vêem* a situação na qual se encontram ou como a situação, *de fato*, é. Assim, o consenso pretendido para que o princípio da racionalidade, mesmo entendido, conforme proposto, como um princípio metodológico, dificilmente seria conseguido: os termos “apropriadamente”, “adequadamente” e “racionalmente” não foram bem qualificados de forma a subsidiar o que se deve esperar da ação individual

A partir de uma ótica puramente falsificacionista, a racionalidade entendida como um princípio metodológico constitui-se, em essência, num estratagema imunizante (CALDWELL, 1991). Caldwell (1991) estava atento a isso e procurou fundamentar ao máximo sua posição apelando para o racionalismo crítico e a

¹⁰¹ “The only justification for these restrictions is the fruitfulness of insisting on them. I personally am unconvinced that these methodological constraints have in fact been very fruitful.” (HAUSMAN, 1994: 204)

¹⁰² “Yet Popper the situational analyst insists that the universal law of the social sciences, though false, should never be rejected. Instead, the theory in which it is used should be adjusted until the agent's actions can be shown to follow from the logic of the situation.” (CALDWELL, 1991: 20)

necessidade de se entender o conceito falsificacionista como *um tipo* de crítica. Conforme visto acima, isso representa uma completa ruptura com o critério de demarcação popperiano, sendo ainda questionável o quão frutífero tal princípio tem se mostrado. Caldwell (1991) não apenas procura criar um argumento prescritivo, mas procura também defender que sua visão é que de fato se adéqua ao pensamento de Popper para a ciência econômica.

Além do questionável princípio de individualismo metodológico inerente à lógica situacional, o racionalismo crítico apresenta também o grave problema de se focar demais na apreciação de teorias, ignorando como a metodologia se insere no debate descritivo da história do pensamento econômico.

3.3 O Declínio de Popper

A avassaladora influência da visão adquirida e do popperianismo na ciência econômica parece estar chegando ao fim. Não que de súbito tenha havido uma conversão quase que religiosa para uma nova concepção, mas é devido aos trilhos sem saídas que a obstinação por uma metodologia baseada na busca de regras que fez com que gradualmente o paradigma associado a esse tipo de pensamento tenha perdido força. A forte crítica sofrida tanto no campo da filosofia da ciência quanto na metodologia econômica, fez, juntamente com outros fatores, paulatinamente, cessar o entusiasmo por desenvolver pesquisa sob essas diretrizes.

O trabalho de Blaug é um típico exemplo do padrão de pensamento que fica para trás. Propõe regras que, uma vez seguidas, pretensamente levariam ao avanço da ciência. O falsificacionismo, porém, continua a ecoar com força entre os economistas que não são especialistas em metodologia, fazendo do reavivamento da questão, ou ao menos de debates isolados em torno dessa concepção, sempre possível. Por outro lado, a tentativa de Caldwell em salvar o pensamento de Popper já incorporava diversas das críticas tanto à interpretação mais comum do autor, quanto ao modelo do campo de busca por regras. Embora com aspectos tanto prescritivos quanto demarcatórios, o racionalismo crítico e a lógica situacional apresentam-se de forma bem menos rígidos.

Um bom exemplo dessa flexibilização é o descarte sumário de uma metodologia baseada em apenas uma visão metodológica, característica comum do padrão de pensamento que estaria por consolidar-se.

A metodologia econômica alterou radicalmente sua abordagem. A partir principalmente de Kuhn, liberou-se das amarras de uma metodologia eminentemente prescritiva e permitiu-se observar a sociologia do conhecimento econômico sob uma ótica não tão idealizada – e, para alguns, ingênua – tal qual a de Popper. As novas linhas de pesquisas surgidas sob esta concepção mostram-se efusivamente frutíferas. A diferença da essência entre o que se fazia antes nesse campo da economia e o que se faz agora é latente, fazendo urgir a criação de um novo termo para evidenciar essa ruptura. Wade Hands propõe então o termo “nova metodologia econômica”. Com a ressalva de que a distinção entre “nova” e “velha”, além de arbitrária, leva a uma idéia enganosa de superação com tudo o que vinha antes, o novo termo é elucidativo e bem-vindo.

Há quem diga que a “nova metodologia econômica” seria melhor enquadrada como filosofia da ciência, ou história do pensamento, numa tentativa implícita de desqualificar esse campo enquanto pesquisa relevante para a economia. A mesma ótica sustentaria que a metodologia econômica em si estaria morta, seria um campo em degeneração ou qualquer coisa parecida com isso. De forma oposta, a reviravolta ocorrida nesse campo fez dele aparentemente muito mais frutífero do que era antes. A “velha” metodologia econômica falhou ao tentar impor um conjunto de regras à pesquisa científica do economista. Mesmo que Blaug estivesse certo que a metodologia econômica adequada era o falsificacionismo popperiano e que o programa de pesquisa neoclássico sabia disso, ele estava certo também ao perceber o caráter inócuo do falsificacionismo. Talvez não fosse impossível convencê-lo, tal qual argumenta Hands (2001: 404), de que se o falsificacionismo fosse riscado da história do pensamento como se nunca tivesse existido, a economia teria sido muito diferente do que ela é hoje. Mesmo ambientada numa metodologia eminentemente prescritiva, a prática corrente do economista pouca atenção deu aos preceitos.

A nova metodologia econômica serve então a diferentes áreas na economia. Abarcando diferentes campos e vieses de pensamento, talvez seja possível dizer que a economia heterodoxa, que definitivamente não se enquadraria nos cânones pregados

pela metodologia prescritiva, seja beneficiária especial desse avanço. E, como expresso no parágrafo anterior, o novo rumo da área também pode ser de grande serventia para os metodologistas que buscavam regras bem definidas. Essa, ao falhar em encontrar um critério objetivo de demarcação mantendo “os bárbaros além dos portões” (HANDS, 2001: 405), foi incapaz de indissociar-se do que julga má ciência. Tendo se mostrado também incapaz de influenciar no comportamento do cientista, pouco há para perder com a derrocada da “velha” metodologia econômica. A normatização permanece ainda como uma das principais metas da filosofia da ciência, numa tentativa digna de fugir de um relativismo exagerado, característica comum de discursos da sociedade pós-moderna.

CONCLUSÃO

Talvez esteja na definição de Imre Lakatos a respeito de Popper, um esboço de caminho para a compreensão da influência filósofo na ciência econômica.

“Popper é o falsificador dogmático que nunca publicou uma palavra: ele foi inventado – e ‘criticado’ – primeiro por Ayer e depois por muitos outros... Popper¹ é o falsificador ingênuo, Popper² é o falsificador sofisticado. O Popper *real* desenvolveu-se de uma versão dogmática a uma versão ingênua do falseabilismo *metodológico* nos anos 20; ele chegou às ‘regras de aceitação’ do *falseabilismo sofisticado* nos anos 50... Porém, o verdadeiro Popper nunca abandonou suas regras de falseamento originais (ingênuas). Ele exige, até hoje, que o ‘critério de refutação’ tem que ser estabelecido com antecedência: deve ser acordado que situações observáveis, se forem de fato observáveis, certificam que a teoria está refutada. Ele ainda traduz ‘falsificação’ como o resultado de um duelo entre teoria e observação, sem que outra teoria melhor esteja *necessariamente* envolvida... Portanto, o Popper real consiste na reunião de Popper¹ com alguns elementos de Popper².” (LAKATOS, 1978: 93-94 apud BLAUG, 1993 [1980]: 64. Grifos originais).

A tentativa comum de entender “o que realmente Popper quis dizer” mostra-se inócua, uma vez que é questionável se na própria obra do autor seria possível encontrar um conjunto de regras claras e consistentes para oferecer. Isso não é necessariamente demérito do filósofo, uma vez que é difícil (pode-se até dizer errado) para qualquer ser humano manter-se adepto aos mesmos padrões de pensamento ao longo de toda a sua vida. Sem sombras de dúvida, Popper altera seu discurso ao longo do tempo e isso está refletido em sua obra. “O que Popper realmente quis dizer?” é uma pergunta fadada ao fracasso.

Vale a pena observar, porém, que esse caráter transitório e em permanente mudança, não deriva única e exclusivamente da passagem do tempo e do caráter humano de Karl Popper. É também resultado direto do insucesso em alcançar a tão sonhada objetividade para um critério de demarcação, donde se derivaria uma série de prescrições metodológicas pretensamente essenciais ao “método científico”, neutro e objetivo. A citação que constitui epígrafe do presente trabalho mostra um certo deslize do autor em direção ao relativismo, procurando mostrar a inerente subjetividade do conhecimento que o popperianismo tenta tão avidamente evitar.

Isso posto, principalmente a interpretação oferecida por Mark Blaug recai no problema essencial de uma metodologia centrada na busca por regras demarcatórias e prescritivas. A lógica situacional, trazida no trabalho através da obra de Caldwell é igualmente problemática e não se mostrou capaz de justificar seu uso fora de contextos extremamente limitados. O Racionalismo Crítico, entendido apenas como comportamento e abertura críticos é, embora vago, perspicaz ao conseguir auferir algum grau de racionalidade ao conhecimento, permitindo fugir do relativismo exagerado e cético. Porém, a forma que Caldwell lhe concebe leva à mesma noção distorcida da que leva o falsificacionismo ingênuo à respeito do “método científico” e, conseqüentemente, também do progresso da ciência.

É claro que, após inúmeros filtros e alguma dose de concessão, sempre será possível achar alguns elementos de valor, como a postura crítica e alguns insights a respeito da empírica. Mas é a partir da literatura crítica ao popperianismo que emerge o que vale realmente a pena ser apreendido, pois é esta que propicia um melhor posicionamento frente ao ingênuo senso-comum de ciência e verdade da sociedade ocidental e também do pensamento econômico. É também a partir desta que se constata o esgotamento da visão adquirida, abrindo espaço para a “nova metodologia econômica”. Descompromissada com os cânones demarcatórios e com busca de regras padronizadas, essa abordagem é bem-vinda ao jogar luz para questões de mais relevância na ciência econômica.

REFERÊNCIAS

BLAUG, M. [1980]. **Metodologia da economia**: ou como os economistas explicam. Tradução de Afonso Santos Lima. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. Why I am not a constructivist: confessions of na unrepentant popperian. In: BACKHOUSE, R. E. **New directions in economics methodology**. London: Routledge, 1994.

BOLAND, L. A. Critical Rationalism. In: MÄKI, W.; HANDS, D. W.; Davis, J. B. **The handbook of economic methodology**. Massachussets: Northampton, 1998.

_____. Scientific thinking without scientific method: two views of Popper. In: BACKHOUSE, R. E. **New directions in economics methodology**. London: Routledge, 1994.

CALDWELL, B. J. Clarifying Popper. **Journal of Economic Literature**, v. 29, n. 1, p. 1-33, 1991.

_____. Situational analysis. In: MÄKI, W.; HANDS, D. W.; Davis, J. B. **The handbook of economic methodology**. Massachussets: Northampton, 1998.

CORVI, R. **An introduction to the thought of Karl Popper**. London: Routledge, 1997.

GANEM, A. Karl Popper versus Theodor Adorno: lições de um confronto histórico. In: Encontro Nacional de Economia Política, 15., 2010, São Luiz. **Anais...** São Luiz, MA: SEP, 2010.

GODFREY-SMITH, P. **Theory and reality**: an introduction to the philosophy of science. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

HANDS, D. W. **Reflection without rules**. New York: Cambridge of University Press, 2001.

_____. [1993]. Popper and Lakatos in economic methodology. In: HAUSMAN, D. M. **The philosophy of economics: an anthology**. New York: Cambridge University Press, 2008.

HAUSMAN, D. M. [1992]. **The inexact and separate science of economics**. New York: Cambridge University Press, 1994.

_____. Kuhn, Lakatos and the Character of Economics. In: BACKHOUSE, R. E. **New directions in economics methodology**. London: Routledge, 1994.

KUHN, T. S. [1962]. **The structure of scientific revolutions**. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MARÍN, S. R.; FERNÁNDEZ, R. G. Karl Raimund Popper: um filósofo e três abordagens da metodologia da economia. In: Congresso Nacional de Economia, 30., 2002, Nova Friburgo. Anais... Nova Friburgo: ANPEC, 2002.

NIINILUOTO, I. Falibilism. In: MÄKI, W.; HANDS, D. W.; Davis, J. B. **The handbook of economic methodology**. Massachussets: Northampton, 1998.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. [1934]. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. **Postscript to the Logic of Scientific Discovery**. London: Hutchinson, 1982.

_____. [1961]. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.